

RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO E FINANCEIRO 3

Região 4

Pompéu e Curvelo

janeiro a março/2024

Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro 3

Região 4 — janeiro a março/2024

Instituto Guaicuy

Diretoria

Diretoria Executiva:

José de Castro Procópio

Diretoria Institucional:

Marcus Vinicius Polignano

Diretoria Técnica:

Carla Wstane de Souza
Moreira

Gerências

Gerência**Organizacional:**

Marcus Vinicius
Ferreira Evaristo

Gerência de Portfólio:

Júlia de Carvalho
Nascimento

Assessorias

**Assessoria Projetos
de Mitigação**

Paula de Sousa
Constante

**Assessoria de
Organização Social
e Comunicação**

Frederico Magalhães
Siman

**Assessoria de
Projetos Internos**

Higor Gomes Pereira

**Assessoria de
Projetos
Socioeconômicos**

Júlia Guimarães
Barbosa

**Assessoria de
Relacionamento
Institucional**

Paula Márcia Oliveira

**Assessoria de
Reparação**

Fernanda Márcia
Carlos de Oliveira

**Assessoria de
Tecnologia,
Monitoramento e
Avaliação**

Thiago de Azevedo
Morais

Instituto Guaicuy, 2024

Endereço: Rua Brasópolis, 109 — Floresta, Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: abril/2024

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CAMF	Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico
CRBIO-04	Conselho Regional de Biologia 4ª Região
DPE	Defensoria Pública do Estado
EG	Entidade gestora
Emater-MG Gerais	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPA	Engenharia de Proteção Ambiental
ERSHRE	Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico
FGV	Fundação Getulio Vargas
IJs	Instituições de Justiça
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAPE	Programa de Apoio a Publicações e Eventos
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
Peab	Política Estadual dos Atingidos por Barragens
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PRSABP	Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba
PTR	Programa de Transferência de Renda
SEAPA-MG Gerais	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES	7
2.1 ATUALIZAÇÕES SOBRE O PLANO DE TRABALHO ENTREGUE EM SETEMBRO DE 2023	7
2.2 AFERIÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS INDICADORES	9
2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	15
2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	16
2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas	17
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE	19
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL	23
4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE	23
4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS	25
5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO	27
5.1. ANEXO 1.1	28
5.1.1 Indicadores do eixo Anexo 1.1	35
5.2. ANEXO 1.3	37
5.2.1 Indicadores do eixo Anexo 1.3	40
5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	42
5.3.1 Indicadores do eixo Organização Social	50
5.4. RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS	52
5.4.1 Indicadores do eixo Reconhecimento	54
5.5. ANEXO 1.2	55
5.5.1 Indicadores do eixo Anexo 1.2	57
5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	59
5.6.1 Indicadores do eixo Reparação Socioambiental	65
5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	67
5.7.1 Indicador do eixo Estrutura Organizacional	76
6. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS	79

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à prestação de contas finalística e financeira das atividades de Assessoria Técnica Independente realizadas pelo Instituto Guaicuy, no período de janeiro a março de 2024, às populações atingidas da Região 4 (municípios de Pompéu e Curvelo).

A referida entrega cumpre o estabelecido na Cláusula Sétima (Da prestação de contas e informações) do [Termo de Compromisso](#) para Assessoria Técnica Independente no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A /Córrego do Feijão, assinado no dia 17 de julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça, Assessorias Técnicas Independentes e a Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF/LATACI).

Este relatório tem como base o Plano de Trabalho entregue pelo Instituto Guaicuy às Instituições de Justiça (IJs) e à CAMF/LATACI em setembro de 2023 e revisado a partir do atendimento a todas as recomendações e condicionantes solicitadas pela CAMF no último trimestre de 2023. Ressalta-se que o Plano foi formalmente aprovado pelas IJs a partir do parecer dado pelo LATACI em dezembro de 2023. A sua [versão final revisada](#) foi entregue pelo Instituto Guaicuy em janeiro de 2024. As adequações realizadas serão apresentadas ao longo deste relatório.

A prestação de contas apresenta dados referentes ao monitoramento das atividades com pessoas atingidas; ao monitoramento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; e ao monitoramento da execução financeira por rubrica. Neste relatório serão apresentados, pela primeira vez, os resultados das aferições intermediárias dos indicadores pactuados, que, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, devem ocorrer no trimestre seguinte à entrega dos produtos ou a partir de suas atualizações.

Este relatório foi organizado para possibilitar o entendimento do modelo de acompanhamento e monitoramento das atividades realizado pelo Guaicuy. Haverá uma contextualização institucional do trimestre, o que inclui impactos políticos de decisões

judiciais e das ações de outros atores que compõem o Acordo. Depois, será apresentado o contexto do território e a descrição da execução das atividades por eixo/objetivo específico. A prestação de contas financeira será apresentada no eixo de Estrutura Organizacional. Por fim, haverá uma conclusão destacando as principais questões do primeiro trimestre de 2024.

2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES

O presente capítulo tem o objetivo de descrever as atualizações em relação ao monitoramento e ao acompanhamento das atividades e como será a prestação de contas finalística do primeiro trimestre de 2024. Ressalta-se, mais uma vez, que as metodologias de monitoramento e acompanhamento apresentadas nos relatórios anteriores não serão descritas novamente a cada trimestre, por se tratarem de processos recorrentes. Todavia, sempre que houver qualquer mudança e/ou atualização, elas serão apresentadas e descritas, sempre referenciando os relatórios anteriores.

Este capítulo será apresentado em quatro seções: a primeira evidencia brevemente as atualizações em relação ao Plano de Trabalho; a segunda apresenta os indicadores pactuados e a forma de apresentação deles; a terceira descreve os processos e os instrumentos utilizados para o acompanhamento, o registro e a geração de evidências das atividades; e a quarta informa como será a apresentação das evidências das atividades no presente relatório finalístico.

2.1 ATUALIZAÇÕES SOBRE O PLANO DE TRABALHO ENTREGUE EM SETEMBRO DE 2023

Conforme mencionado no relatório anterior, durante o último trimestre de 2023 o Instituto Guaicuy se dedicou a fazer as adequações solicitadas pela CAMF no Plano de Trabalho entregue em setembro e aprovado em dezembro de 2023. A [versão revisada do Plano](#) foi entregue em janeiro de 2024, e a seguir serão listados os ajustes que impactaram de forma mais direta as atividades finalísticas. Ressalta-se que as adequações solicitadas pela CAMF não alteraram o escopo do Plano de Trabalho em termos de duração do projeto, orçamento global, atividades e entregas a serem realizadas.

1. Alteração na data de finalização de algumas atividades do Plano de Trabalho:

De acordo com a solicitação da CAMF de revisão no plano de desmobilização apresentado pelo Guaicuy, e a partir da orientação de priorização do atendimento no território pelo maior tempo possível, foi necessário rever a data de finalização prevista para algumas atividades. Na página 110 da versão revisada do Plano é possível verificar

o quadro com as datas finais anteriormente previstas e as ajustadas. Informa-se que o presente relatório já considera as datas de finalização ajustadas.

2. Apresentação de proposta para mensuração da satisfação das pessoas atingidas em relação à atuação da ATI:

O Instituto Guaicuy, ao longo deste trimestre, aprimorou uma metodologia de avaliação já aplicada em algumas das atividades realizadas com as pessoas atingidas e está desenvolvendo um instrumento que deverá ser aplicado nas **atividades coletivas presenciais** com pessoas atingidas. O instrumento será simples e direto e pretende coletar informações a respeito da avaliação das pessoas atingidas em relação à atividade que participarem quanto à: metodologia e linguagem utilizadas; duração da reunião; distribuição da participação entre presentes; e relevância dos temas abordados. Além disso, pretende-se coletar sugestões das pessoas atingidas para a melhoria das próximas atividades. A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação ficará responsável por armazenar, tabular e gerar os resultados da pesquisa, que serão utilizados pelas/os gestoras/es para aprimorar o trabalho desenvolvido com as pessoas atingidas sempre que necessário. A previsão é que a equipe comece a aplicar o instrumento nas atividades a partir do próximo trimestre.

3. Definição da frequência intermediária de medição dos indicadores:

Conforme estabelecido no Plano de Trabalho, a aferição dos indicadores se dará a partir da análise das evidências contidas nos produtos entregues. Para que seja possível realizar as conferências necessárias, organizar as documentações e mensurar o resultado, ficou definido que a aferição intermediária ocorrerá no trimestre consecutivo à entrega dos produtos. Importante destacar que alguns indicadores estão vinculados ao calendário de execução das entidades gestoras dos Anexos, ou seja, há uma vinculação entre aferição e a execução de atividades por atores externos. Assim como ocorre com a entrega dos produtos, a apresentação dos resultados intermediários da aferição dos indicadores será realizada nos Relatórios Trimestrais.

4. Mapeamento dos riscos dos indicadores pactuados:

Com o objetivo de explicitar as possibilidades de interferências externas e internas na aferição dos indicadores e demarcar os limites da atuação da ATI em direção a cada indicador, a CAMF solicitou um mapeamento de risco dos indicadores. Dessa forma, o Instituto Guaicuy mapeou possíveis riscos para cada um dos indicadores, e o resultado está apresentado na página 143 da versão revisada do Plano.

A título de informação, para o acompanhamento das atividades e dos eixos de atuação da ATI, também houve uma atualização no nome do escritório de referência do eixo Organização Social e Comunicação, que até então se chamava “Escritório de Participação Informada” e, a partir de março de 2024, passou a ter o mesmo nome do eixo.

2.2 AFERIÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS INDICADORES

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado, a avaliação - no âmbito do projeto da ATI Paraopeba no Instituto Guaicuy - pretende validar o modelo lógico do projeto, ou seja, avaliar se a metodologia e se os processos de atuação propostos ocasionaram as mudanças pretendidas. Para isso, o Guaicuy definiu que a avaliação será realizada através da aferição pontual e específica de indicadores pactuados, que serão mensurados de maneira intermediária, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

Assim como descrito no tópico anterior, ficou definido que a mensuração intermediária desses indicadores acontecerá, sempre que possível, no trimestre posterior à entrega dos produtos pactuados no Plano de Trabalho. No último Relatório Trimestral, referente ao período de outubro a dezembro de 2023, foram entregues os produtos relacionados às atividades finalísticas, portanto, está no escopo do presente Relatório a aferição intermediária dos indicadores.

As fontes de comprovação para mensuração dos indicadores estão relacionadas às evidências e ao conteúdo dos produtos entregues, e alguns deles dependem de atividades externas, como o caso dos eixos Anexo 1.1 e Anexo 1.3. Ao longo do trimestre, o Instituto Guaicuy se dedicou à análise dessas informações e à coleta das fontes de comprovação, com o objetivo de aferir os resultados intermediários relacionados a cada eixo.

Ao final do capítulo de cada eixo, será apresentado o resultado da mensuração de seu(s) respectivo(s) indicador(es), com uma contextualização de produtos e evidências analisados. Destaca-se que ainda não foi possível fazer a mensuração de alguns dos indicadores neste trimestre e, para esses casos, será apresentada uma justificativa. Ressalta-se que todos os documentos empregados como fonte de comprovação da mensuração dos indicadores estarão disponibilizados por link, na descrição de cada eixo. O quadro a seguir apresenta os indicadores pactuados, bem como suas formas de medição e comprovação:

Quadro 1 – Indicadores

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Anexo 1.1	Buscar paridade das regiões 4 e 5 em relação ao Anexo 1.1.	Apoio comunitário na elaboração de projetos	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no apoio à elaboração de projetos comunitários, tanto locais quanto regionais, para subsidiar o pleito de execução destes projetos junto à entidade gestora do Anexo 1.1.	(Número de instâncias locais com pelo menos um projeto comunitário propostos e enviados com apoio da ATI / número de instâncias locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	<ul style="list-style-type: none"> - Documento com o projeto comunitário concebidos e enviados à entidade gestora (produtos da atividade com ID 5) - Documento que descreve a organização da instância Local (produtos das atividades com ID 10 e 11)
		Apoio comunitário na definição de regras para o crédito e microcrédito	Procura avaliar se a implementação do programa de crédito e microcrédito, as formas de comprovação e as etapas de concessão estão adequadas à realidade das pessoas atingidas	(Número de critérios acatados pela entidade gestora) / (Número de sugestões realizadas pelas pessoas atingidas, em todas as etapas) X 100	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório com as demandas realizadas pelas pessoas atingidas para acessar, ampliar e facilitar o acesso ao programa - Documento que formaliza as regras de crédito e microcrédito pela entidade gestora
Anexo 1.3	Buscar a consolidação de conselhos de pessoas atingidas junto ao poder público municipal em todos os municípios atingidos nas regiões 4 e 5.	Apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no estabelecimento, junto com as pessoas atingidas e poder público municipal, de conselhos municipais para incidência das pessoas atingidas, no acompanhamento, monitoramento e deliberação do Anexo 1.3	(Número de conselhos formados/número de municípios atendidos pelo Guaicuy) x 100	<ul style="list-style-type: none"> - Documento de formação dos conselhos (produtos da atividade com ID 7) - Lista de municípios atingidos contemplados no Acordo Judicial (Plano de Trabalho)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Anexo 1.3	Buscar a consolidação de conselhos de pessoas atingidas junto ao poder público municipal em todos os municípios atingidos nas regiões 4 e 5.	Acompanhamento de PCTs em todas as etapas	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no acompanhamento em todas as etapas estabelecidas pelos Compromitentes junto à Povos e Comunidades Tradicionais.	(Nº de relatórios ou documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos / Nº de comunidades de PCTs x nº etapas definidas pelos Compromitentes) x 100	<ul style="list-style-type: none"> - Entregas de relatórios e documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos (produtos da atividade com ID 8) - Número de comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidas pelos Compromitentes (produtos das atividades com ID 8 e 9) - Documento dos Compromitentes que formaliza as etapas e as demandas (produtos das atividades com ID 8 e 9)
	Buscar consolidar a Instância Regional	Abrangência das instâncias regionais	Procura mensurar o trabalho da ATI no estabelecimento de instâncias regionais para o fortalecimento das comunidades quanto às pautas regionalizadas	(Número de instâncias regionais estabelecidas/número de regionais atendidas) x 100	- Documento que indique o estabelecimento da instância regional quanto representativa para a região (produto das atividades com ID 10 e 11)
Organização Social	Buscar o fortalecimento das Instâncias Locais (comissões de pessoas atingidas e Povos e Comunidades Tradicionais)	Apoio estratégico às instâncias locais	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no estabelecimento e na autonomia das instâncias locais em relação à ATI	(Número de planos estratégicos formulados pelas instâncias locais/número de instâncias locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	<ul style="list-style-type: none"> - Planos estratégicos das instâncias locais (produto das atividades com ID 10 e 11) - Documento que descreve a organização da instância Local (produto das atividades com ID 10 e 11)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Reconhecimento das pessoas atingidas	Buscar o reconhecimento de todas as comunidades/coletividades que se autoidentificam como atingidas, principalmente PCTs, e sua inclusão nas medidas de reparação do Acordo Judicial	Apoio à novas comunidades/coletividades	Procura mensurar o trabalho da AT no apoio à autoidentificação de comunidades/coletividades atingidas, por meio do apoio técnico e institucional para o reconhecimento enquanto atingidas no processo de reparação	(Documentos enviados às IJs pela ATI com o pleito de inclusão / Comunidades ou coletividades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial) x 100	- Documento enviado às IJs pela ATI por comunidade autoidentificada (produto da atividade com ID 17) - Ata/registo que demonstra a autoidentificação das comunidades/coletividades que não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial (produto da atividade com ID 17)
	Buscar que as pessoas atingidas tenham respostas concretas da FGV sobre as poligonais de R4 e R5, bem como sobre deferimento ou indeferimento de acesso ao PTR	Busca por respostas sobre o PTR	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy quanto às formalizações realizadas às instituições competentes e a busca por respostas a serem devolvidas às pessoas atingidas	(Número de comunidades que solicitam respostas à FGV ou IJs / número de comunidades atingidas que reportam ao Guaicuy problemas de acesso ao PTR) x 100	- Documentos enviados acerca do PTR com pedidos de informações e demandas das comunidades pessoas atingidas (produto da atividade com ID 19) - Registo de comunidades que reportam problemas de acesso ao PTR ao Guaicuy Análise do processo de mobilização – evidências)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Reparação Socioambiental	Buscar fortalecer a participação e controle social das pessoas atingidas das regiões 4 e 5, no Plano de Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a inclusão da Região 5 no Plano.	Apoio no controle social da reparação socioambiental	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy na formação de lideranças sobre a Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a busca pela inclusão da Região 5 no Plano.	(Número de formações em comissões realizadas / Número de demandas por formação por comissão) x 100	- Certificações de representantes de comissão (produto da atividade com ID 20) - Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão (Análise das reuniões de comissão – evidências)
Estrutura organizacional	Busca mensurar a relação do orçamento executado com o orçamento planejado.	Desempenho finalístico-financeiro do projeto	Procura demonstrar a execução financeira de acordo com o que foi planejado buscando a economicidade e a transparência em relação aos gastos	(valor total executado no período/valor global orçado) x 100	Relatório Financeiro (produto da atividade com ID 24)

Fonte: Instituto Guaicuy (2023).

2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

Assim como mencionado nos relatórios anteriores, o Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023 estabelece como serão realizadas a prestação de contas, o monitoramento e a avaliação pelo Instituto Guaicuy, e que esses terão como principal objeto as atividades de cunho finalístico. Ficou definido, então, que o monitoramento será feito a partir do: i) acompanhamento das atividades com pessoas atingidas; ii) acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; iii) acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação. Já a avaliação será realizada a partir da: iv) aferição intermediária dos indicadores, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

A seguir serão apresentadas as metodologias utilizadas para realizar o acompanhamento dos itens citados no parágrafo anterior:

I. Acompanhamento das atividades com pessoas atingidas:

O acompanhamento do fluxo de registro das atividades realizadas com as pessoas atingidas apresentado nos relatórios anteriores segue sendo a principal forma de monitoramento das atividades com pessoas atingidas e das suas respectivas evidências. A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação realiza o acompanhamento cotidiano de cada atividade desde o seu planejamento até o seu registro e o arquivamento de relatório e evidências nos sistemas internos do Instituto Guaicuy. As evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no trimestre serão disponibilizadas conforme será descrito no capítulo a seguir.

II. Acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e das suas entregas (produtos):

Assim como reportado nos relatórios anteriores, os Escritórios — unidades organizacionais responsáveis pela execução das atividades finalísticas do projeto — remetem à Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação (ATMA) mensalmente o andamento de cada atividade do Plano, assim como os documentos e os possíveis

produtos elaborados no período referentes às atividades em execução. Neste trimestre, conforme definido no Plano de Trabalho, não serão entregues produtos.

III. Acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação:

O orçamento apresentado no Plano de Trabalho foi elaborado com base nas atividades a serem desenvolvidas nas comunidades atingidas. A Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros realiza o acompanhamento dos dispêndios, vinculando-os às rubricas e às atividades previstas no Plano. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar e avaliar a execução do projeto. Ademais, todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

Para além dos itens detalhados acima, ressalta-se que os encontros de “Devolutiva do Relatório Trimestral” informados no relatório anterior, assim como previsto, também foram realizados no trimestre atual. As devolutivas se consolidaram como um importante espaço de diálogo entre as equipes e uma oportunidade de aprimoramento das ferramentas de registro, controle, acompanhamento e prestação de contas, e, por isso, deverão acontecer a cada entrega do Relatório Trimestral. Neste trimestre, novamente, foi perceptível a melhora quantitativa e qualitativa nos registros das atividades finalísticas, o que reitera o compromisso do Instituto Guaicuy em aperfeiçoar cada vez mais os seus processos em busca da transparência na prestação de contas e do cumprimento dos objetivos pactuados junto às pessoas atingidas.

2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e pela disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades. Dessa forma, nos capítulos seguintes será apresentada uma tabela por eixo com indicação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização atualizadas e a situação de sua execução no

trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho. Além disso, neste trimestre, conforme dito anteriormente, será apresentado o resultado da mensuração de seu(s) respectivo(s) indicador(es), com uma contextualização de produtos e evidências analisados.

Em relação às evidências das atividades com pessoas atingidas, informa-se que estas são disponibilizadas para a CAMF, auditoria externa e Instituições de Justiça, sempre de forma anonimizada para proteger os dados sensíveis das pessoas atingidas.

Em relação às atividades que não envolvem pessoas atingidas, as evidências serão compostas pelos pareceres técnicos, relatórios, ofícios e/ou notas técnicas elaboradas pela equipe do Instituto Guaicuy que subsidiaram as atividades, disponibilizadas por meio de links no texto de descrição das atividades de cada eixo.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE

O presente capítulo tem o objetivo de descrever o contexto político e institucional do primeiro trimestre de 2024 e como este impactou a organização do Guaicuy. Os eventos que serão relatados abaixo ajudam a compreender a dimensão e os desafios permanentes do trabalho da Assessoria Técnica Independente nos diversos eixos da reparação, bem como algumas demandas que surgem ao longo do tempo, nem sempre previstas no Plano de Trabalho.

O ano de 2024 iniciou com a aprovação definitiva, pelas Instituições de Justiça, dos Planos de Trabalho das Regiões 4 e 5 relativos ao Acordo Judicial, após o acatamento de todas as recomendações e condicionantes colocadas pela CAMF. Isso simboliza um importante avanço em comparação a momentos anteriores vividos pelas ATIs, quando não havia uma definição formal do escopo mínimo de trabalho.

Em relação ao Anexo 1.1, conforme registrado no último relatório, houve grande atraso para o início das atividades da entidade gestora. Os efeitos de tal atraso foram sentidos em 2024 com a permanente necessidade de reorganização das atividades e replanejamento orçamentário. Somente em 4 de março ocorreu a assinatura do esperado Termo de Colaboração entre as Instituições de Justiça e o consórcio de entidades que compõem a entidade gestora. Imediatamente, teve início a rodada de reuniões presenciais para a apresentação da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais às comissões, no chamado “Momento 1”. Em função dos já conhecidos desafios e excessivos custos logísticos e, paradoxalmente, da menor disponibilidade de recursos, nas regiões 4 e 5 foram organizadas mais de uma reunião por região, fazendo agrupamentos de comissões. Tal solução evitou gerar grandes distorções financeiras com gastos não previstos no Plano de Trabalho da ATI no custeio da logística e dos espaços para a realização das atividades da entidade gestora no território. Importante destacar que no momento da assinatura do Termo de Compromisso das ATIs e na elaboração e aprovação dos Planos de Trabalho, **não** estava indicado que as ATIs teriam que organizar e custear as atividades da entidade gestora no território.

Por decorrência do atraso de seis meses do início das atividades da entidade gestora do Anexo 1.1, o Instituto Guaicuy optou pela suavização da curva de

desmobilização de profissionais prevista para janeiro e março de 2024. Esta decisão levou em conta a garantia de uma equipe mínima de profissionais em campo durante os 90 dias de atuação da entidade gestora nos territórios atingidos, bem como a decisão proferida no dia 24 de novembro de 2023 ([id. 10122761713](#)) que saneia questões relativas ao valor já liberado em dezembro de 2022 para atividades do processo (30% à época), conforme destacado nos trechos a seguir:

Defiro o pedido formulado pelos autores no Id. 10110200941 para autorizar a “utilização pelas Assessorias Técnicas Independentes do valor já liberado em dez/2022 para as atividades do processo (30% à época), conforme decisão de ID 9677817303” (p. 17).

A separação das atividades pelas ATIs só pode ser admitida por esse juízo como existente quando da elaboração de Planos de Trabalho distintos que permitem, concretamente, separar as atividades e os seus respectivos valores (p. 15)

Da data da celebração do acordo (04/02/2021) até 09/03/2023, todos os valores levantados em juízo para custeio das atividades das ATIs devem ser descontados da verba prevista na cláusula 4.4.11 do Acordo (R\$700 milhões de reais) (p. 15).

Sendo assim, o Instituto Guaicuy compreende que, com a autorização da utilização do valor liberado em dezembro 2022, somada à definição de que a fonte de custeio das atividades das ATIs pretéritas a 9 de março de 2023 advém exclusivamente do Acordo Judicial, é imprescindível que esse recurso seja incorporado ao caixa da Instituição. Isso contribui para a garantia do êxito da execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, principalmente às que se referem a “letra A”¹ do Termo de Compromisso e, especificamente, ao acompanhamento da ATI durante os 90 dias de início do diálogo entre a entidade gestora e as pessoas atingidas das regiões 4 e 5, com a recente demanda de fornecimento de suporte logístico, técnico e operacional a essas atividades.

Voltando à janeiro, é importante destacar que no corrente ano de 2024 completou-se cinco anos do desastre-crime do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Ao longo do mês houve uma série de atividades de diversas naturezas e promovidas por diferentes instituições, que demandaram a organização do Instituto Guaicuy e o apoio às pessoas atingidas para acompanharem algumas dessas atividades. Destacam-se a tradicional Romaria pela Ecologia Integral, no dia 25 de

¹ a) Apoio técnico e organizacional na definição dos projetos de interesse das comunidades, no âmbito do Anexo I.1. p. 3

janeiro, promovida pela Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (Renser) em Brumadinho, o evento de lançamento de dados de pesquisas socioambientais e de saúde promovido pelo próprio Instituto Guaicuy, e diversas reportagens com as pessoas atingidas das regiões 4 e 5, como as realizadas pela Rede Globo. Tais atividades serão descritas e detalhadas nos capítulos dos respectivos eixos.

Em relação ao Anexo 1.3, no dia 7 de março, a Fundação Getulio Vargas (FGV), auditora desse anexo, realizou a primeira reunião virtual com pessoas atingidas das regiões 4 e 5. A reunião demonstrou que, apesar de o referido anexo ter demandas variáveis de acordo com o município, em geral as pessoas atingidas querem ter acesso a mais informações tanto dos órgãos públicos quanto da própria FGV. As pessoas atingidas que acompanharam a atividade fizeram demandas expressas para que a ATI organize outras reuniões e participe da construção da metodologia, uma vez que foi percebida dificuldade da FGV no diálogo direto com as comunidades. O capítulo do eixo do Anexo 1.3 apresenta mais informações a respeito dessa atividade.

No que tange ao Processo Judicial, fora do escopo do Termo de Compromisso e dos Planos de Trabalho vigentes das ATIs, cabe destacar que em março o juiz recebeu representantes das Instituições de Justiça, de pessoas atingidas das cinco regiões, das ATIs e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em despacho, foram reiteradas as demandas de andamento da Liquidação de Danos Individuais, da aprovação do Plano de Trabalho das ATIs para voltarem a atuar com um mínimo de estrutura nas questões relacionadas ao Processo Judicial (como a demanda de fornecimento de água pela Vale, o acompanhamento dos relatórios finais das perícias encerradas, o acompanhamento dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico, etc), bem como a fiscalização da atuação da FGV no Programa de Transferência de Renda (PTR), e questões socioambientais.

Cumprido destacar que, ao serem convocadas pelas IJs e pelo Juízo a apresentarem os Planos de Trabalho do Processo, em março de 2023, as ATIs fizeram constar uma previsão de elaboração do Plano de Trabalho da Liquidação, que demandará mais tempo e alocação de profissionais especializados por parte das

Assessorias. A expectativa é que os dois assuntos tenham mais algum avanço no próximo período.

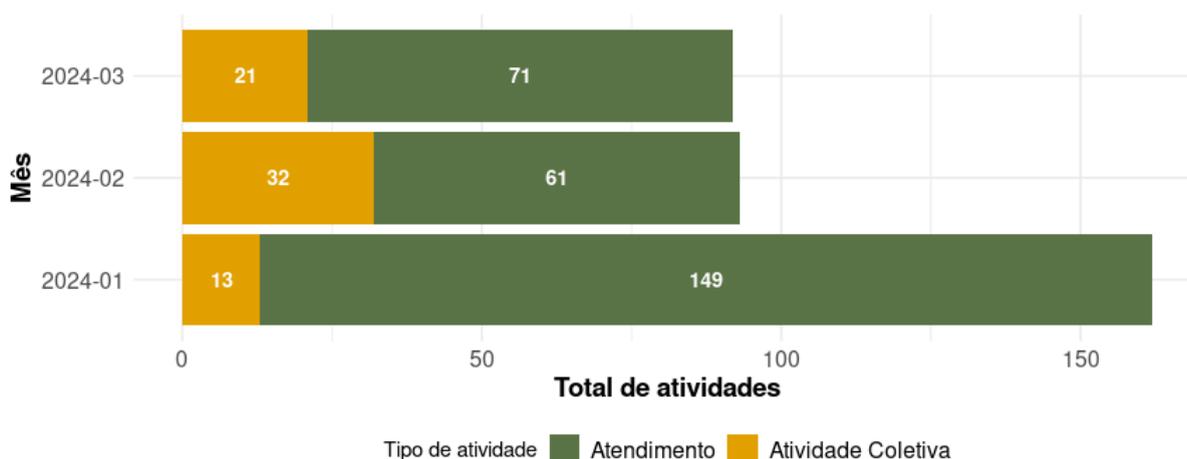
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL

4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE

Na Região 4, durante o primeiro trimestre de 2024, foram realizadas **347** atividades envolvendo diretamente **910** pessoas atingidas identificadas², sendo **66** atividades coletivas (reuniões comunitárias, reuniões de comissão, atividades formativas, entre outras) e **281** atendimentos (atividades de escala individual e familiar, como atividades mobilizadoras, visitas domiciliares, acolhimentos psicossociais e/ou sociojurídicos, etc).

O gráfico a seguir mostra o total de atividades realizadas por mês na Região 4.

Gráfico 1 – Total de atividades por mês na Região 4



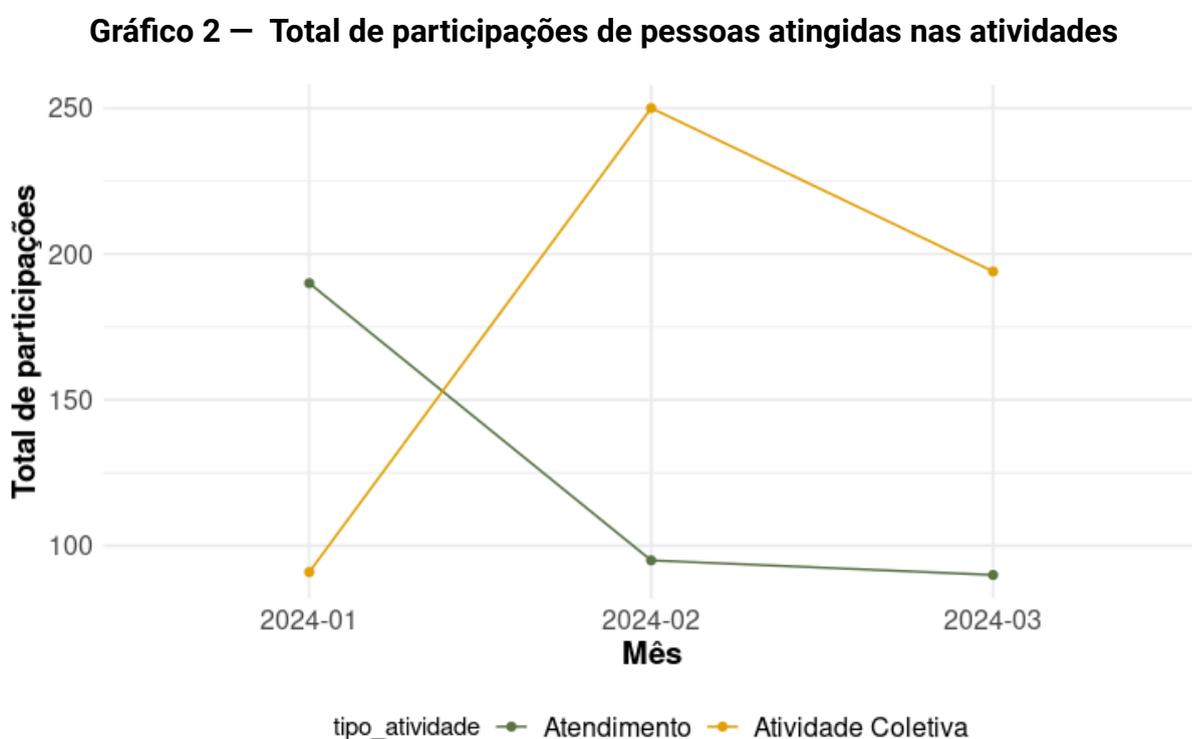
Fonte: Elaboração própria (2024)

O atraso no pagamento do PTR em janeiro de 2024 implicou um aumento significativo nos atendimentos individualizados realizados na região. Além disso, com o início do ano, as equipes de campo aproveitam o retorno do recesso para atender demandas individuais, realizando visitas domiciliares e contatos telefônicos. Adicionalmente, entre as atividades que também exigiram mobilização direcionada das pessoas atingidas, destacamos a realização das atividades “Dois Dedos de Prosa” e “Cine D’Água”. De maneira geral, no primeiro trimestre do ano as equipes de campo da

² São contabilizadas apenas as pessoas que se identificaram nas atividades e que, assim, podem ser associadas às regiões atendidas pelo projeto. A participação total é, portanto, maior do que o número indicado.

Região 4 realizaram diversos atendimentos individuais com o objetivo de qualificar o trabalho com as Comissões. Nesta ação foram realizadas mobilização de novas/os membras/os e a colaboração com a formação técnica e política das lideranças sobre pautas do Acordo (principalmente Anexo 1.1) e do processo judicial.

As atividades coletivas compõem a principal ferramenta de participação das pessoas atingidas, de acordo com a metodologia de ação territorial do Instituto Guaicuy. Ao longo do trimestre, foram **535** participações de pessoas atingidas identificadas neste tipo de atividade. O gráfico a seguir mostra o total de pessoas participantes em cada tipo de atividade por mês.



Fonte: Elaboração própria (2024)

Em média, participaram **178,3** pessoas nas atividades coletivas por mês. Em atividades individuais e familiares, foram atendidas em média **125** pessoas por mês, neste trimestre. É importante destacar que uma única atividade com pessoas atingidas pode estar relacionada a mais de uma atividade do Plano de Trabalho e também a mais de um eixo/objetivo específico.

4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS

Considerando o período de referência, duas pautas tiveram destaque nos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Guaicuy na Região 4. A primeira se refere ao processo de organização e consolidação das Comissões de Pessoas Atingidas. Uma especificidade deste território é que, enquanto algumas Comissões já se encontram consolidadas, com regimentos internos aprovados, outras precisaram passar por um novo processo de mobilização de suas/seus membras/os. Essa necessidade se justifica por vários motivos, entre eles, a sobrecarga de atuação de alguns atores comunitários e o desânimo de algumas pessoas atingidas considerando a morosidade do processo de reparação. Tendo em vista esse desgaste, a equipe de campo da Região 4 realizou diversas atividades de mobilização social nas comunidades com o objetivo de identificar novas lideranças locais, fortalecer os trabalhos das/os atuais membras/os das Comissões e esclarecer dúvidas das pessoas atingidas sobre o Acordo e o Processo Judicial.

Outra pauta de suma importância se refere ao início dos trabalhos da entidade gestora do Anexo 1.1. Apesar dos 90 dias do Plano de Ação da Cáritas iniciarem-se a partir da primeira semana de março, diversas reuniões com as Comissões foram realizadas anteriormente com o objetivo de contribuir com a formação técnica e política das comunidades, colaborando com o protagonismo das pessoas atingidas nos projetos de demandas das suas localidades. Desse modo, foram realizadas no período de referências reuniões comunitárias, visitas domiciliares, processos formativos, entre outros.

Por fim, destacam-se duas importantes atividades envolvendo atores externos. A primeira se refere à reunião realizada entre Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), FGV, Defensoria Pública Estadual (DPE), ATIs e pessoas atingidas no dia 1º de fevereiro de 2024. A atividade, que contou com a participação presencial e online das pessoas atingidas, teve como pauta principal as demandas das comunidades sobre o Programa de Transferência de Renda. Nessa reunião as pessoas atingidas apontaram os principais problemas das comunidades para acessar o PTR. Entre os encaminhamentos propostos, destacam-se: publicação das poligonais no site da FGV, produção de notas técnicas e o agendamento de uma próxima reunião, que será realizada no dia 2 de maio de 2024. A

segunda atividade se refere ao tema das Ações do Anexo 1.3 para regularização fundiária na Bacia do Paraopeba. Realizadas na primeira quinzena de março, as audiências tiveram como principal objetivo mobilizar posseiras/os de imóveis que podem ser contempladas/os pelo recurso do Acordo.

5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO

Conforme informado no capítulo 2, sobre a metodologia de monitoramento e acompanhamento das atividades, a prestação de contas neste relatório apresentará uma breve descrição do que foi realizado em cada eixo do Plano de Trabalho no primeiro trimestre de 2024. O presente capítulo pretende atender a esse objetivo.

Para tanto, a seguir serão apresentados os sete eixos, ou objetivos específicos, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2, Reparação Socioambiental e Estrutura Organizacional. Portanto, estão organizados hierarquicamente, conforme determinação da CAMF/LATACI.

Cada eixo apresentará as atividades elencadas no Plano de Trabalho com seus respectivos IDs e cronograma de execução previsto, assim como a informação sobre a execução da atividade nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024. Os textos apresentarão uma breve discussão do que foi realizado em cada eixo, bem como possíveis dificuldades enfrentadas e justificativas, quando for o caso. Ao final de cada seção, serão apresentados os resultados das aferições intermediárias dos indicadores de cada eixo e as justificativas necessárias.

5.1. ANEXO 1.1

O objetivo do eixo Anexo 1.1, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é construir com as pessoas e as comunidades atingidas o protagonismo para a gestão democrática e o controle social na formulação, decisão, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações reparatórias do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 2 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.1

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas para debater a proposta definitiva da entidade gestora e para construir e validar a proposta de governança do Anexo 1.1.	13/09/2023	12/12/2023	SIM
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas com o objetivo de viabilizar a participação direta e informada das pessoas atingidas em todas as etapas que envolvem a implementação da governança do Anexo 1.1, de obrigação da entidade gestora.	01/07/2023	30/06/2025	SIM
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1	Realizar acompanhamento técnico das pessoas atingidas nos espaços de governança do Anexo 1.1, desde a fase de planejamento até a etapa de fiscalização. Apoiar a elaboração de documentos e a realização do diálogo com atores externos, sempre que necessário.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
4	Formação sobre o Anexo 1.1	Realizar ciclos de formação para estimular a participação das pessoas atingidas na definição dos usos dos recursos do Anexo 1.1, respeitando suas particularidades e seus modos de vida e de organização comunitária.	01/07/2023	31/12/2024	SIM

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na proposição de projetos comunitários, em nível local, regional e inter-regional.	01/03/2024	30/11/2025	NÃO
6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na concepção das regras do crédito e microcrédito do Anexo 1.1.	01/04/2024	30/06/2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2024)

Todas as atividades referentes ao Anexo 1.1 previstas para o período deste relatório continuaram sendo desenvolvidas.

Para entender o cenário atual em relação à **atividade 1 (elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1)**, é necessário retomar o último trimestre 2023, em que foi possível acompanhar duas importantes ações entre a entidade gestora (EG) dos recursos do Anexo 1.1 e as Instituições de Justiça para a retomada da contratação do consórcio liderado pela Cáritas: a) a reunião do dia 14 de dezembro de 2023 na presença de parlamentares, IJs e EG para retomar as negociações entre as partes, que teve como encaminhamento o envio de um termo de colaboração preliminar para apreciação da EG até o dia 19 de dezembro de 2023 (manifestações deveriam ocorrer até 15 de janeiro de 2024); b) a sinalização de que as atividades da entidade gestora junto às pessoas atingidas teriam como início o mês de março de 2024.

Isso posto, foram iniciadas as atividades de preparação interna e junto às pessoas atingidas. Durante o mês de janeiro e fevereiro de 2024 ocorreram uma série de reuniões na presença das demais ATIs e da EG para nivelamento de informações sobre a realização das atividades em campo junto às pessoas atingidas. No dia 16 de janeiro foi divulgada a devolutiva da EG para a proposta inicial de termo de colaboração. Visando a participação informada no processo de reparação, foi realizada no dia 7 de fevereiro a 13ª edição do encontro virtual “Dois Dedos de Prosa”, para debater os principais pontos do Plano de Ação da Entidade Gestora do Anexo 1.1 e o calendário de atividades previstas para os 90 dias.

No dia 19 de fevereiro de 2024 aconteceu, em Belo Horizonte, uma reunião denominada de **Momento Zero**. A proposta do encontro era de que as IJs e a entidade gestora pudessem coletar sugestões para a construção do Plano de Ação no prazo de 90 dias. Para esse primeiro encontro, o Instituto Guaicuy acompanhou um número limitado de representantes das comissões que estiveram presencialmente na reunião, totalizando 10 pessoas. Outras pessoas atingidas acompanharam por meio de canais de transmissão via internet, com pontos de apoio oferecidos pelo Instituto. É preciso destacar que as comunidades atendidas pela ATI nem sempre contam com bom serviço de internet ou bons equipamentos para participar de espaços híbridos e/ou virtuais. Por

isso, essa modalidade de atividade demandou uma intensa organização das equipes que atuam em campo, para disponibilizar condições de participação das pessoas atingidas. No dia 22 de fevereiro de 2024 essa mesma proposta de reunião, no formato virtual, foi realizada com os Povos e Comunidades Tradicionais da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias.

A organização em torno da coleta de contribuições para o Plano de Ação se manteve até o dia 26 de fevereiro. Essas contribuições foram recolhidas por meio de um formulário encaminhado pela entidade gestora para ser preenchido pelas pessoas atingidas. Neste ponto, cabe mencionar o esforço das equipes de campo para possibilitar às pessoas atingidas o acesso à internet para o preenchimento do formulário e garantir sua participação nessa importante discussão.

Diante da proximidade do início das atividades da entidade gestora, foi realizada uma série de reuniões internas para construir um planejamento robusto e apoiar a logística para garantir a participação de representantes das comissões das regiões 4 e 5 nos trabalhos.

No dia 4 de março de 2024 foi assinado o Termo de Colaboração Técnica (TCT) entre as Instituições de Justiça e a entidade gestora. Cabe lembrar que a EG é composta pelo consórcio entre a Cáritas Brasileira Regional MG, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), Instituto Conexsus e Instituto E-Dinheiro Brasil. A partir dessa data, a EG deve apresentar, em até três meses, uma proposta definitiva para a utilização de parte dos recursos do Anexo 1.1 do Acordo Judicial de Reparação. Diante dessa assinatura, foi iniciado o ciclo de reuniões presenciais do chamado **Momento 1**, que consiste na apresentação da entidade gestora às comissões e comunidades e o cronograma de Construção Participativa da Governança e do Plano de Recuperação Socioeconômica, com as discussões temáticas que serão necessárias. Ao longo do mês de março, foram realizadas as seguintes reuniões na Região 4:

- 13 de março (15h30) – Recantos, Balneário Reino dos Lagos, São Marcos/Santa Cecília, Angueretá e Assentamentos.
- 16 de março (14h) – Novilha Brava/Campo Alegre, Fazendinhas Baú/Recanto do Piau, Cachoeira do Choro e Encontro das Águas.

- 21 de março (17h30) – Comunidade Quilombola de Saco Barreiro.

Dado o volume de informações trocadas e o avançar do processo de construção do Plano de Trabalho da Entidade Gestora, fez-se necessária a avaliação do processo percorrido. Desta forma, no dia 27 de março de 2024, às 19 horas, foi realizada a 14ª edição do “Dois Dedos de Prosa”, com o intuito de realizar um balanço das primeiras semanas de reuniões do Momento 1 realizadas pela entidade gestora junto às comunidades atingidas.

Em relação à **atividade 2 (espaços participativos para a governança do Anexo 1.1)** ao longo do primeiro trimestre de 2024 foram realizadas diversas reuniões com as comissões de pessoas atingidas, visando a construção de espaços participativos para a governança do Anexo 1.1. Entre elas, destacam-se as reuniões com as comunidades de Cachoeira do Choro e Encontro das Águas, no dia 3 de fevereiro, e de Angueretá, no dia 22 de fevereiro.

Na primeira reunião mencionada, os principais temas tratados foram em relação à Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1. e Proposição de Projetos do Anexo 1.1. A metodologia utilizada foi a Árvore dos Problemas/Sonhos, DRP – Diagnóstico Rápido Participativo e Roda de Conversas, a fim de que fosse um espaço participativo de construção coletiva. Desse modo foi organizado um plano de ação contemplando reuniões comunitárias entre fevereiro e março de 2024, que tem como objetivo alcançar essas necessidades. A Comissão de Cachoeira do Choro criou uma [cartilha](#) para ser trabalhada com a comunidade a respeito das temáticas do Anexo 1.1. O material traz o nome “O que tem no seu quintal?” e disponibiliza o seguinte conteúdo: “Você sabe o que é o Anexo 1.1?” e “O que são projetos para a comunidades atingidas?”.

Já a reunião com a comunidade de Angueretá teve como principais objetivos informar e esclarecer dúvidas das pessoas atingidas sobre o Anexo 1.1 e o Sistema de Participação Popular e Governança. Com o propósito de reunir o maior número de pessoas da comunidade, a comissão de Angueretá traçou um plano estratégico para conversar com a comunidade sobre questões relacionadas ao Anexo 1.1. Para tanto, a comissão também elaborou uma [cartilha](#) sobre o referido Anexo, tratando de temas como “o que é o Anexo 1.1” e “Projetos para comunidades atingidas: O que é isso?”. A

Cartilha conta ainda com um espaço para anotações de ideias e um caça-palavras com termos corriqueiros utilizados pelas pessoas da comunidade, a exemplo: peixe, frango, araticum, mel, pequi, entre outros.

Em relação à **atividade 3**, que visa garantir o **apoio técnico na governança do Anexo 1.1**, foram realizadas diversas reuniões ao longo do primeiro trimestre de 2024, com as comissões de pessoas atingidas. Os espaços não se restringiram a reuniões internas em suas comissões e comunidades, já que diante da iminência das atividades da entidade gestora, conforme já mencionado, foram reunidas/os representantes de diferentes comissões em espaços mais reduzidos (como nos dias 15 e 16 de fevereiro, para o estudo do Termo de Colaboração e do Plano de Ação apresentado pela EG). Essas reuniões serviram para que no dia 19 de fevereiro, na reunião conhecida como Momento Zero, as comissões pudessem participar e apresentar os seus questionamentos às instituições responsáveis, conforme já descrito na atividade 1.

Como encaminhamento do Momento Zero, conforme também já foi antecipado, a EG lançou o [formulário](#) para envio das contribuições sobre o Plano de Ação, com o prazo de envio das respostas até o dia 26 de fevereiro. Dessa forma, a ATI apoiou as pessoas atingidas que apresentassem alguma dificuldade para o envio de suas contribuições. Ao fim deste período, foi enviado à entidade gestora um robusto [documento de sugestões](#).

Internamente às comissões, foi possível acompanhar o amadurecimento das mesmas em questões estratégicas para o desenvolvimento do Plano de Trabalho do Anexo 1.1, como os princípios e critérios propostos para a inserção dos projetos das comunidades e programas de crédito e microcrédito. Outro tema tratado durante esses encontros foi a discussão sobre as potencialidades das comunidades e das regionais, para que, a partir dos desafios e, principalmente, das potencialidades, as pessoas atingidas possam começar a pensar sobre os projetos prioritários para a melhoria da economia local.

Como forma de incentivar a participação das comunidades, a ATI as apoiou na elaboração das cartilhas, em formato de fanzines³, para as comissões de Cachoeira do

³ Um fanzine é uma publicação não profissional e não oficial, produzida por entusiastas de uma cultura particular, para o prazer de outros que compartilham o mesmo interesse. Pode ser dedicado a uma determinada franquia, trazendo informações ou narrativas ficcionais.

Choro e Angueretá (apresentadas no relato da atividade 2), buscando dar visibilidade aos entendimentos sobre o Anexo 1.1 e a interação comunitária. Com esse mesmo propósito, a ATI também apoiou a construção do Plano de Ação dessas comissões.

A fim de garantir a participação informada e o preparo das pessoas atingidas para o **Momento 2** com a entidade gestora, a equipe de Reparação da Região 4 desenvolveu uma metodologia de trabalho chamado “Jogo da Reparação” para a melhor compreensão dos temas que serão discutidos durante as reuniões do Momento 2. Esses temas serão: Governança Participativa, Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento Fluxo de Projetos, Crédito e Microcrédito. O jogo apresenta uma série de critérios e fluxos para as pessoas atingidas identificarem o que se trata, com o objetivo de entenderem a diferença entre eles e assim criar familiaridade com o tema, podendo também sugerir novos critérios para serem enviados à entidade gestora.

Visando a **formação sobre o Anexo 1.1 (atividade 4)**, ao longo do primeiro trimestre de 2024 foram realizadas duas edições do encontro “Dois Dedos de Prosa”, espaço de reunião virtual com o intuito de promover a formação, reflexão e organização das referências comunitárias das regiões 4 e 5. No dia 7 de fevereiro foi realizado o 13º encontro do “Dois Dedos de Prosa” para debater o Plano de Ação da Entidade Gestora do Anexo 1.1. Durante o encontro, foi discutido o calendário de atividades da EG nos próximos meses e sobre as responsabilidades das comissões e do Instituto Guaicuy para acompanhar as atividades durante este período. Também foram discutidos os próximos momentos formativos das Comissões e seus representantes para acompanharem as discussões sobre o Plano de Ação da Entidade Gestora.

No dia 27 de março realizou-se a 14ª edição do “Dois Dedos de Prosa”, com o objetivo de fazer um balanço das primeiras semanas de reuniões do Momento 1 realizadas pela entidade gestora junto às comunidades atingidas. O espaço também foi utilizado para realizar uma avaliação do processo a partir da perspectiva das pessoas atingidas, a fim de construir estratégias que possam melhorar a atuação da entidade gestora durante os 90 dias.

Para além dos momentos de ampla mobilização das/os representantes, a ATI esteve presente em espaços das comissões com o objetivo de aprofundar os

entendimentos sobre os princípios e os critérios para o acesso da população atingida aos projetos das comunidades e o acesso ao crédito e microcrédito.

Por último, com o intuito de contribuir para a formação técnica das equipes do Instituto Guaicuy que atuam nos territórios diretamente com as pessoas atingidas, o Escritório de Projetos Socioeconômicos tem construído espaços de formação para o alinhamento metodológico e a preparação das/os analistas para que sintam segurança em repassar informações e instrumentalizar as pessoas atingidas para as atividades com a entidade gestora. No dia 25 de março de 2024 foi realizado um encontro de formação sobre os principais pontos que serão discutidos durante o Momento 2 com a entidade gestora.

Em relação às **atividades de ID 5 e 6**, levando em consideração o atraso da entidade gestora, que iniciou as atividades para a construção do Plano de Trabalho para os próximos anos de atuação apenas em março, não foi possível iniciar o trabalho com as comissões sobre os projetos das comunidades e o acesso ao crédito e microcrédito. Todavia, em algumas das atividades mencionadas acima, foi necessário dialogar com as pessoas atingidas a respeito dos temas.

5.1.1 Indicadores do eixo Anexo 1.1

Os indicadores previstos para o eixo Anexo 1.1 estão relacionados aos produtos gerados pelas atividades de ID 5 e 6, que têm cronogramas de início previstos para março e abril de 2024, respectivamente, além de produtos das atividades de ID 10 e 11, que têm previsão de consolidação no segundo semestre de 2024. Desse modo, ainda não é possível mensurar o resultado dessas atividades por meio de seus produtos e, portanto, a aferição intermediária de seus indicadores não faz parte do escopo do presente relatório.

Ademais, com o atraso ocorrido para o início da elaboração do Plano de Trabalho da Entidade Gestora, é possível que o início dessas atividades sofra atrasos em relação ao previsto no Plano de Trabalho da ATI, o que já era considerado no mapeamento de riscos dos indicadores do eixo Anexo 1.1.

Quadro 3 – Indicadores do eixo Anexo 1.1

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio comunitário na elaboração de projetos	(Número de instâncias locais com pelo menos um projeto comunitário propostos e enviados com apoio da ATI / número de instâncias locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao cronograma da atividade e dos produtos relacionados)	Não se aplica
Apoio comunitário na definição de regras para o crédito e microcrédito	(Número de critérios acatados pela entidade gestora) / (Número de sugestões realizadas pelas pessoas atingidas, em todas as etapas) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao cronograma da atividade e dos produtos relacionados)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.2. ANEXO 1.3

O objetivo do eixo Anexo 1.3, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada e o controle social nos Anexos 1.3 e 1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A seguir, apresenta-se um quadro contendo as atividades previstas e a execução destas no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 4 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.3

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Promover espaços participativos visando à criação de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais que permitam a atuação autônoma das pessoas atingidas no acompanhamento dos projetos do Anexo 1.3 e no controle social do processo de reparação, junto às entidades competentes.	01/01/2024	30/06/2025	SIM
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Assessorar tecnicamente os PCTs na produção técnica de documentos, no encaminhamento de demandas e na elaboração de protocolos, buscando favorecer a participação informada e manifestação das comunidades em todas as etapas na execução dos projetos do Anexo 1.3.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
9	Acompanhamento de PCTs em de reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Acompanhar os PCTs, quando requisitado, nas etapas de detalhamento e execução dos projetos do Anexo 1.3, assegurando o envio de manifestações aos Compromitentes, quando solicitado.	01/07/2023	30/06/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2024).

Durante o segundo semestre de 2023, a equipe do Instituto Guaicuy iniciou os contatos com as prefeituras para dar início aos diálogos relativos à **atividade 7 (espaços participativos para o Anexo 1.3)**, mas ainda não foi possível conciliar as agendas para viabilizar uma rodada de reuniões e iniciar o debate sobre a criação de espaços participativos municipais na Região 4. Neste trimestre, o Guaicuy encaminhou um ofício aos Compromitentes com o pedido de esclarecimentos sobre restrições durante o período eleitoral do ano de 2024. As informações auxiliarão na organização de comitês, na solicitação de audiências públicas e em outros meios para acompanhamento das obras e projetos do Anexo 1.3 junto ao poder público municipal nos próximos meses. Os Compromitentes informaram que vão pautar esse assunto na próxima reunião para dar uma resposta ampla.

Em geral existe uma grande dificuldade por parte das pessoas atingidas em acompanhar o andamento dos projetos e em localizar informações confiáveis e atualizadas pela diversidade de fontes, já que cada gestão municipal apresenta uma postura diferente referente aos projetos do Anexo 1.3. Desse modo, a ATI tem atuado na atualização das informações e repasse às pessoas atingidas, utilizando, entre outros métodos, publicações periódicas no [site](#) institucional.

No dia 26 de fevereiro, foi realizada uma reunião virtual com o grupo auto-organizado Guerreir@s para dialogar sobre o projeto da Regularização Fundiária Rural e sobre a resposta dos Compromitentes ([Ofício n° 453/2023](#)) à [carta](#) enviada pelo grupo em dezembro de 2023. Posteriormente, foi enviado material de estudos para preparar os próximos passos, como o acompanhamento das audiências públicas em março e a possibilidade de convocar reuniões com vereadoras/es e gestoras/es municipais para discutir o tema.

No dia 7 de março, aconteceu a primeira reunião de pessoas atingidas das regiões 4 e 5 com a auditoria socioeconômica do Anexo 1.3 (a Fundação Getulio Vargas – FGV). A equipe da auditoria convocou essa aproximação a pedido do Ministério Público de Minas Gerais, que esteve no território no final de 2023 e acolheu essa demanda das pessoas atingidas. A principal pauta do encontro foi a apresentação do portal do Projeto Paraopeba e do escopo de trabalho da FGV no âmbito da fiscalização do Anexo 1.3. Estiveram presentes nove representantes da equipe da auditoria, correspondendo às

quatro esferas da avaliação de projetos: Desenho, Gestão, Financeira e Socioambiental. A reunião contou com a presença de mais de 60 pessoas atingidas online, além de participantes assistindo em pontos de transmissão disponibilizados em Pompéu, Biquinhas, Felixlândia e Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté). Entre as principais demandas, foi identificada a necessidade de fiscalização *in loco* dos projetos e das prefeituras e uso de linguagem mais acessível. Também foi indicada a falta de canais de reclamação e informações sobre a localidade exata das obras de pavimentação nas sedes municipais. Após a reunião, a ATI sistematizou as principais dúvidas e críticas que chegaram pelo chat da reunião e as encaminhou em e-mail para a FGV, a fim de mediar o agendamento de uma segunda reunião. As pessoas atingidas demandaram fortemente que a ATI organizasse novas reuniões junto à FGV, separadamente para cada região, nas quais as pessoas atingidas tenham mais espaço de fala. A gravação da reunião e a matéria completa sobre a mesma foram publicadas no [site](#) do Guaicuy.

Durante o primeiro trimestre, a ATI também prosseguiu com o acompanhamento do projeto "Realização de Levantamento, Identificação e Georreferenciamento de Imóveis Rurais Passíveis de Regularização Fundiária", mencionado no relatório anterior. No dia 19 de março, a equipe do Instituto Guaicuy acompanhou a Audiência Pública na sede municipal de Pompéu e no dia 26 de março, em Angueretá (Curvelo), com a presença de pessoas atingidas. Os representantes da Vale e da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) estimularam as pessoas a fazerem a inscrição para conseguir os dados do georreferenciamento, caso não seja possível emitir o título da terra. O Instituto Guaicuy segue no esforço de auxiliar na inscrição e no acompanhamento do processo de regularização, também trazendo informações sobre caminhos alternativos.

Em relação ao **apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3**, nos meses de janeiro e fevereiro não houve atividades diretamente com pessoas atingidas de PCTs. Em relação aos projetos do Anexo 1.3 para PCTs, a ATI prossegue acompanhando o desdobramento das tarefas da empresa Vale em providenciar a proposta de projeto de poços artesanais e afins para a Comunidade Quilombo Saco Barreiro.

Destaca-se que os representantes do Povo Kaxixó participaram da reunião realizada no dia 7 de março com a auditoria socioeconômica do Anexo 1.3 e as pessoas atingidas das regiões 4 e 5 (mencionada anteriormente).

Do mesmo modo, em relação à **atividade 9 (acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3)**, nos meses de janeiro e fevereiro não houve atividades diretamente com pessoas atingidas de PCTs. Em março, ocorreu o acompanhamento na já mencionada reunião com a auditoria socioeconômica do Anexo 1.3 (FGV) e as pessoas atingidas das regiões 4 e 5, entre elas, representantes do Povo Kaxixó.

5.2.1 Indicadores do eixo Anexo 1.3

O indicador “apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais” é medido com base no produto da Atividade de ID 7, que visa a formação dos conselhos, comitês ou órgãos de acompanhamento municipais dos projetos do Anexo 1.3. Até o momento, ainda não foi possível materializar a construção de tais espaços na Região 4. Ademais, o produto que atestaria a formação dos órgãos de acompanhamento está previsto para o segundo semestre de 2024. Desse modo, ainda não foi mensurado o resultado dessa atividade por meio de seus produtos e, portanto, a aferição intermediária de seus indicadores não faz parte do escopo do presente relatório.

O indicador “acompanhamento de PCTs em todas as etapas” procura mensurar o trabalho da ATI no acompanhamento em todas as etapas do Anexo 1.3 estabelecidas pelos Compromitentes junto à Povos e Comunidades Tradicionais, com base no produto da Atividade ID 8. De acordo com as informações disponíveis no site do Comitê Pró-Brumadinho, as etapas atuais da consulta de projetos para Povos e Comunidades Tradicionais (e dentro do cronograma do Plano de Trabalho da ATI) são as etapas 4 (elaboração de documentos orientativos sobre os projetos) e 5 (envio dos projetos à Vale para detalhamento)⁴. A participação das ATIs foi definida pelos Compromitentes, até o momento, apenas na etapa 4. Desse modo, o indicador será medido com base

⁴ “Acompanhe as Etapas da Consulta para Povos e Comunidades Tradicionais”. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-consulta-popular-para-povos-e-comunidades-tradicionais>

nessa etapa. As evidências são o documento orientativo que foi elaborado junto à Comunidade Quilombola Saco Barreiro no último semestre de 2023 (que não será compartilhado aqui por conter dados pessoais) e o ofício dos compromitentes 320/2023, que formaliza a etapa e a demanda.

Para a comprovação do número de comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidas pelos Compromitentes, indica-se a consulta ao ofício citado, que traz, como anexo, a listagem dos projetos do Anexo 1.3 de Povos e Comunidades Tradicionais, por município. Será possível observar que, nas áreas atendidas pela ATI Instituto Guaicuy, listam-se a Comunidade Quilombola Saco Barreiro e o Povo Indígena Kaxixó. Para a Região 4, o presente relatório aborda enquanto PCTs a Comunidade Quilombola Saco Barreiro. O Povo Indígena Kaxixó, que ocupa hoje três aldeias entre os municípios de Martinho Campos e Pompéu, é abordado no indicador deste eixo referente à Região 5.

Quadro 5 – Indicadores do eixo Anexo 1.3

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	(Número de conselhos formados/número de municípios atendidos pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao cronograma da atividade e dos produtos relacionados)	Não se aplica
Acompanhamento de PCTs em todas as etapas	(Nº de relatórios ou documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos / Nº de comunidades de PCTs x nº etapas definidas pelos compromitentes) x 100	(1 / 1 x 1) x 100 = 100%	DOCUMENTO ORIENTATIVO_Saco Barreiro.pdf Ofício Compromitentes 320_2023_Doc. orientativo_Consulta PCTs.pdf

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O objetivo do eixo Organização Social e Comunicação, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada de forma a mobilizar pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 6 – Execução das atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
10	Organização das comissões	Promover reuniões, presenciais ou virtuais, com as comissões de pessoas atingidas, em escala local e regional, direcionadas ao seu desenvolvimento organizacional, à avaliação da ATI, ao planejamento coletivo e à discussão das condições materiais necessárias às instâncias participativas, buscando o desenvolvimento de autonomia, construção de protagonismo e de formas de controle social, bem como apoiar a atuação de representantes nos espaços de bacia direcionados à tomada de decisão sobre assuntos relativos à reparação integral dos danos.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
11	Organização dos PCTs	Construir espaços participativos para Povos e Comunidades Tradicionais aprofundarem o entendimento sobre seus direitos específicos, de maneira a fortalecer a autonomia no Sistema de Participação.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
12	Apoio na participação em eventos externos	Apoiar a participação das pessoas atingidas em eventos externos promovidos por atores envolvidos no processo de reparação, visando à formação cidadã, à representatividade das pessoas atingidas das regiões 4 e 5 e ao envolvimento delas nos processos de tomada de decisão relativos aos seus direitos específicos.	01/07/2023	30/11/2025	SIM

13	Comunicação	Garantir a produção e a distribuição de materiais de comunicação — formativos, informativos e mobilizadores — sobre temas e ações relativos ao processo de reparação para as populações atingidas das regiões 4 e 5, em diversos formatos e suportes, com linguagem acessível e informações seguras. Divulgar o trabalho da assessoria técnica do Projeto Paraopeba de forma responsável e eficiente para as partes interessadas.	01/07/ 2023	30/12/ 2025	SIM
14	Mobilização social	Promover atividades e encontros regulares com pessoas atingidas para fortalecimento de vínculos, escuta ativa e diálogo direto, a fim de informá-las e envolvê-las no processo de reparação.	01/07/ 2023	30/09/ 2025	SIM
15	Operacionalização regional	Realizar gestão e manutenção dos escritórios, aquisição e gestão de materiais e equipamentos, organizar e produzir eventos institucionais, planejar e operacionalizar a logística para a realização de atividades.	01/07/ 2023	31/11/ 2025	SIM
16	Suporte logístico	Conduzir veículos transportando equipes, pessoas atingidas e equipamentos, contribuir com a organização das atividades de campo, apoiar as equipes na execução das atividades.	01/07/ 2023	31/09/ 2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação à **atividade 10 (organização das comissões)**, durante o período de janeiro a março de 2024 foram realizadas atividades voltadas para o fortalecimento organizativo e avanço no controle social das comissões em relação ao processo de reparação. Entre elas, destacam-se um Fórum Regional e uma reunião de retorno. O Fórum Regional, realizado em 18 de janeiro, reuniu pessoas atingidas das regiões 4 e 5 e teve como pautas a aprovação do Plano de Trabalho do Acordo pelas IJs, a atualização sobre o processo judicial e a liquidação coletiva dos danos individuais. Foram produzidos, pela equipe de Comunicação do Instituto Guaicuy, uma [matéria no site](#) e um [vídeo no youtube](#) com a gravação da atividade.

No dia 27 de fevereiro, foi realizada uma reunião de retorno do 2º Encontro Regional de Comissões da Região 4 (realizado no trimestre anterior), para devolver as discussões sobre a Instância Regional realizadas durante o último encontro e apresentar a proposta de continuidade da construção coletiva da Instância Regional ao longo deste primeiro semestre de 2024. A proposta recebeu contribuições das comissões e foi aprovada para continuidade. A atividade gerou a produção, pela equipe de Comunicação do Instituto Guaicuy, do [material de apoio que está disponível no site](#) e o [vídeo no youtube](#) com a gravação do Encontro.

Ademais, durante o trimestre foram realizadas uma série de reuniões para dar continuidade à construção dos regimentos das Comissões. A Região 4 está organizada em oito comissões, que se encontram em níveis diferentes de construção de seus respectivos regimentos. A Comissão São Marcos/Santa Cecília, a Comissão do Choro, a Comissão dos Assentamentos e a Comissão do Baú/Piau estão com seus regimentos finalizados e em execução; Comissão dos Recantos está em fase de conclusão do regimento; a Comissão do Balneário Reino dos Lagos e a Comissão de Angueretá estão em fase de discussão e escrita de seu regimento; e a Comissão de Novilha Brava/Campo Alegre ainda não iniciou a construção do seu regimento. Nesse sentido, pensando na proposta de construção da Instância Regional, a maior parte das comunidades atendidas na Região 4 estão organizadas em comissões, representando as Instâncias Locais, mesmo que seus respectivos regimentos internos estejam em diferentes níveis de construção. Busca-se, então (sobretudo de acordo os debates ocorridos em 27 de

fevereiro), que as comissões organizadas em si avancem no debate acerca do Regimento Interno para a Instância Regional, assim, estabelecendo-a.

Algumas dificuldades foram observadas na realização do Fórum Regional e da reunião de retorno descritas acima. Na impossibilidade da equipe do Escritório de Organização Social (responsável pelo eixo Organização Social na estrutura do Instituto Guaicuy) rodar o território ou deslocar as pessoas atingidas para um mesmo local, dada a extensão da região, as duas atividades realizadas no trimestre foram virtuais. Isso impõe, inicialmente, duas grandes dificuldades: a primeira se refere à limitação de acesso à internet vivida por diversas comunidades e pessoas atingidas, o que acaba por comprometer a participação no debate, tendo em vista, especialmente, os obstáculos ao manuseio dos aparelhos eletrônicos e pelas próprias metodologias e conversas possíveis no meio virtual. A segunda diz respeito à sobrecarga de atuação de alguns atores comunitários, fato que também contribuiu para o baixo engajamento de algumas comissões na consolidação das mesmas, o que gerou a necessidade de um trabalho mais localizado para desenvolver novas/os membras/os. Desse modo, duas comissões estão sendo ativadas com o ingresso dessas/es novas/os membras/os, enquanto também elaboram a formulação de seus regimentos. Na Região 4 uma das comissões inicialmente optou, por vontade própria, por não desenvolver o regimento por acreditar que não seria necessária a criação desse documento para sua formalização; todavia, com os encontros posteriores, diálogo com a Entidade Gestora do Anexo 1.1 e o entendimento das responsabilidades, a Comissão amadureceu seu entendimento e a construção do regimento está em elaboração.

Sobre a **atividade 11 (organização dos PCTs)**, durante o período de janeiro a março de 2024 foram realizadas atividades junto aos Povos e Comunidades Tradicionais da Região 4 que trataram de temas ordinários referentes ao Acordo Judicial que se aplicam a todas as comunidades no contexto da reparação, bem como atividades específicas, com recorte voltado essencialmente para os PCTs. Foram realizadas reuniões comunitárias, depoimentos gravados, atividades externas e visitas domiciliares. No dia 22 de fevereiro ocorreu a reunião específica para PCTs com a entidade gestora do Anexo 1.1, além da gravação do programa Águas Gerais da ATI sobre os PCTs e a reunião no Ministério Público de Minas Gerais em Belo Horizonte.

O momento atual é de maior avanço em todos os segmentos da reparação que envolvem os PCTs, com destaque aos Anexos 1.3 e 1.1. A comunidade Quilombola Saco Barreiro possui uma forma própria de organização, respeitada pela ATI. Ainda se faz necessário maior diálogo e interação para que ocorra maior inserção e compreensão da Comunidade enquanto Comissão no processo de reparação. O maior desafio na realização da atividade de organização da comunidade PCT se refere aos diversos aspectos referentes à mobilização social, desde a realização da comunicação com a comunidade (que não possui sinal de internet e pouco sinal de cobertura telefônica) até a participação expressiva nas reuniões, além dos desafios próprios da comunidade, envolvendo a organização social.

Sobre a **atividade 12 (apoio na participação em eventos externos)**, entre os meses de janeiro e março ocorreram cinco acompanhamentos realizados pelas equipes do Instituto Guaicuy. Quatro deles ocorreram no mês de janeiro de 2024, como parte da programação que marca a data do rompimento da barragem no Córrego do Feijão. No dia 23 de janeiro, o Instituto Guaicuy acompanhou as pessoas atingidas na Caravana Territorial Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe, que ocorreu na Aldeia Naô Xohã Paraopeba e na Aldeia Katurãma, em São Joaquim de Bicas. O objetivo da atividade era possibilitar o intercâmbio territorial para compartilhar experiências na busca pelos direitos dos Povos Indígenas para a Reparação. No dia 24 de janeiro, pela manhã, aconteceu a Jornada do MAB, na Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, em que a pauta se centrou no debate com o Governo Federal sobre o uso da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) em Brumadinho e Mariana. Em consonância com essa atividade, à tarde a ATI também acompanhou um ato pela regulamentação da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab). Pessoas atingidas das Bacias do Paraopeba, do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Rio Pardo, juntamente com servidoras/es públicos de Minas Gerais, tomaram as ruas de BH para denunciar o descaso do governo de MG com a Peab, aprovada há três anos, mas que precisa ser regulamentada para que se torne efetiva. No dia 25 de janeiro, o Instituto Guaicuy acompanhou as pessoas atingidas na V Romaria pela Ecologia Integral e no Ato em memória das 272 Joias, em Brumadinho. A partir do evento, o Guaicuy produziu uma [matéria no site](#).

A quinta atividade ocorreu no dia 22 de março, em que se celebra o Dia Mundial da Água. Nessa data aconteceu uma reunião com as IJs e o juiz que acompanha o processo da Bacia do Paraopeba, o magistrado Murilo Silvio de Abreu. Na oportunidade, pessoas atingidas da Região 4 foram assessoradas pela ATI antes e durante a reunião. O Instituto Guaicuy publicou uma [matéria](#) no site com a cobertura das reivindicações de representantes da Região 4 na atividade, bem como dos encaminhamentos do encontro.

Um dos principais desafios no âmbito do acompanhamento de atividades externas é preparar a logística para os eventos, visto que muitos deles não fazem parte do planejamento da ATI. São demandas, muitas vezes, urgentes, apresentando pouco tempo para organização de transporte, alimentação, hospedagem, entre outros aspectos. Outro desafio constante é a representatividade, pois encontrar representantes que tenham disponibilidades para as datas e horários demandados pode ser difícil, sobretudo entre pessoas trabalhadoras que têm seus dias repletos de compromissos.

Em relação à **atividade 13 (comunicação)**, de janeiro a março foram produzidas para a Região 4 dezenas de publicações distribuídas pelos canais de comunicação como Instagram, WhatsApp, Youtube e site do Instituto Guaicuy. A seguir, apresenta-se alguns destaques do período: [Em reunião virtual com a Defensoria Pública de Minas Gerais, pescadoras e pescadores debatem PTR, questões previdenciárias e garantia de direitos](#); [Situação atual do ERSHRE e do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba](#); [Documentário Fazendinhas Baú \(descrição e legenda em inglês\)](#); [Em resposta à Vale, Ministério Público reforça sua posição a favor da resolução coletiva das indenizações individuais](#); [Vale ainda não retirou nem um terço dos rejeitos do rompimento da barragem do Rio Paraopeba](#); [Andamento do Anexo 1.3 no Baixo Paraopeba e Represa de Três Marias](#); [13º Fórum Regional apresentou Planos de Trabalho do Acordo aprovados pelas Instituições de Justiça às pessoas atingidas](#); [Calendário atualizado: conheça as etapas para construção do Plano de Ação da Entidade Gestora do Anexo 1.1.](#)

Durante o primeiro trimestre de 2024 ocorreu o evento “Em busca de respostas: divulgação de dados, estudos e produções elaborados com as pessoas atingidas pelo crime da Vale”, que teve intensa participação da coordenação de Comunicação Social da ATI. O evento (que será detalhado na atividade 22 do eixo Reparação Socioambiental)

ocorreu no dia 24 janeiro e contou com a participação de centenas de pessoas. No evento, foi exibido em primeira mão o documentário [“De Angueretá a Barra do Rio de Janeiro: o rompimento da barragem da Vale para além de Brumadinho”](#), produzido pela equipe de audiovisual do Guaicuy e que teve 1.164 visualizações até o momento no Youtube. Também foi lançada e distribuída no evento a revista [“Cinco anos do desastre-crime da Vale – No curso das águas, a luta por reparação”](#), com a proposta de dar ênfase à produção visual relacionada às pessoas atingidas e a suas respectivas paisagens culturais, nas regiões 4 e 5. Além da distribuição no dia do evento, cerca de 1.000 exemplares estão sendo distribuídos entre as pessoas atingidas e entidades que de alguma forma acompanham a luta pela reparação. Também foi distribuída a [Edição especial do Piracema](#), que marca os cinco anos do rompimento da barragem da Vale.

Além dessas produções especiais que foram lançadas no dia, a comunicação colaborou com a organização de um [Guia de acesso aos dados, estudos e produções](#) em versão impressa e também virtual. O evento foi amplamente divulgado para a imprensa e para a sociedade civil e teve boa repercussão, com matérias veiculadas em [diversos órgãos de mídia](#). Foi realizada a transmissão ao vivo do evento, que pode ser acessada no [Youtube](#). Também foram produzidas a [matéria completa](#) do evento e a cobertura [fotográfica](#). Outra ação importante em torno da efeméride dos cinco anos do rompimento foi [a reportagem especial da Rede Globo](#), que deu visibilidade às pautas específicas das regiões 4 e 5.

Um dos grandes desafios da atividade de comunicação no trimestre foi o planejamento do evento do dia 24 de janeiro, pela dimensão que o mesmo adquiriu e os diversos tipos de produtos que a comunicação produziu antes, durante e depois do evento. Foi exigida da equipe uma forte capacidade de atuação coletiva e multidisciplinar, com produção de textos, fotos, vídeos, transmissão ao vivo no youtube, cobertura ao vivo para redes sociais, mediação de chat, atendimento à imprensa, contribuição no credenciamento, montagem de pastas e distribuição de materiais, com o objetivo de que tudo fosse realizado com esmero técnico e de conteúdo para as pessoas atingidas e público externo. Outro desafio do trimestre foi a comunicação das atividades do Anexo 1.1 e os posicionamentos da entidade gestora. Também mereceu análise da coordenação de comunicação o redimensionamento das tarefas de atendimento ao

público via relacionamento digital e a necessidade de reorganização interna do pessoal da equipe.

Em relação à **atividade 14 (mobilização social)**, entre janeiro e março de 2024, a equipe de campo da Região 4 desenvolveu várias atividades de mobilização com as pessoas atingidas, como: reuniões de comissões, reuniões comunitárias, visitas domiciliares e Cine D'Água. Entre as pautas tratadas com as pessoas atingidas, apresenta-se como destaque o Anexo 1.1, Anexo 1.3 e o andamento do processo judicial. Sobre o Anexo 1.1, considerando o início dos trabalhos da entidade gestora, observou-se a necessidade de realizar atividades formativas com o objetivo das pessoas atingidas se apropriarem da pauta para serem protagonistas da construção do Plano de Trabalho da Cáritas. Sobre o Anexo 1.3, a equipe de campo da Região 4 acompanhou as pessoas atingidas nas audiências públicas sobre Regularização Fundiária realizada pela SEAPA e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) nos municípios de Pompéu e Curvelo. Apresenta-se também, como destaque, o ponto de apoio realizado no dia 1º de fevereiro, na sede do Instituto Guaicuy em Pompéu, para acompanhamento virtual da reunião realizada entre Ministério Público, Fundação Getúlio Vargas, Defensoria Pública do Estado, Assessorias Técnicas Independentes e pessoas atingidas.

Entre as dificuldades e os desafios encontrados para o desenvolvimento das atividades, destaca-se a dificuldade de acesso à internet de algumas comunidades, o que impossibilita a participação de atividades na modalidade híbrida. Destaca-se, também, a sobrecarga de trabalho de algumas lideranças, considerando o volume de reuniões e atividades propostas não somente pela ATI, mas também por atores externos como FGV, MP, DPE e entidade gestora. Por fim, a morosidade do Acordo e do processo judicial que implica um desânimo das pessoas atingidas em seguirem na luta pela reparação integral.

Todas as atividades descritas contaram com o apoio da coordenação de Administração e Logística, que é responsável pelo desenvolvimento das **atividades 15 (operacionalização regional) e 16 (suporte logístico)**. No primeiro trimestre de 2024, destaca-se as ações ocorridas em torno da memória do rompimento da barragem de Brumadinho, em que foi garantida a participação presencial de pessoas atingidas das

regiões 4 e 5 na V Romaria em Brumadinho. Outra atividade de destaque foi o evento de lançamento da base de dados e estudos socioambientais (atividade 22), em que foi preparada a estrutura e suporte à Diretoria e à equipe da Comunicação. Em fevereiro, retomando as atividades com a entidade gestora do Anexo 1.1, foi providenciada a participação de pessoas atingidas na reunião com o MPMG e demais envolvidos, em Belo Horizonte, que se desdobrou no início da operação de 90 dias da Cáritas no território, em março, com as comunidades e comissões de pessoas atingidas. Nesse período, com a continuação das atividades da EG no território, houve emprego da frota própria e contratação de frota extra, proporcionando o deslocamento de pessoas atingidas, ações que se estenderam durante o mês de abril de 2024.

5.3.1 Indicadores do eixo Organização Social

Os indicadores previstos para o eixo Organização Social estão relacionados à consolidação das instâncias de participação local e regional e serão aferidos por meio dos produtos gerados pelas atividades com ID 10 (organização das comissões) e 11 (organização dos PCTs). Embora as duas atividades estejam em execução, ainda não é possível consolidar os produtos que fornecerão os elementos para a aferição dos indicadores. A previsão é de que a instância regional seja consolidada até o final do primeiro semestre de 2024 e que os planejamentos estratégicos das comissões (instâncias locais) sejam concluídos até o segundo semestre de 2024. Desse modo, a aferição intermediária dos indicadores do eixo Organização Social não faz parte do escopo do presente relatório.

Quadro 7 – Indicadores do eixo Organização Social

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Abrangência das instâncias regionais	(Número de instâncias regionais estabelecidas/número de regionais atendidas) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao cronograma da atividade e dos produtos relacionados)	Não se aplica
Apoio estratégico às instâncias locais	(Número de planos estratégicos formulados pelas instâncias locais/número de instâncias locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao cronograma da atividade e dos produtos relacionados)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.4. RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS

O objetivo do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é viabilizar o reconhecimento e o autorreconhecimento de pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial PCTs, visando garantir o direito ao processo de reparação. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução da atividade no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 8 — Execução da atividade do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Identificar e caracterizar comunidades atingidas não reconhecidas, em especial as auto identificadas como PCTs, e viabilizar o atendimento, pela ATI, de pessoas atingidas ainda não assessoradas, assegurando a inclusão nas atividades participativas implementadas e o respeito a seus modos de vida. Construir processos de reconhecimento dessas pessoas, grupos e comunidades atingidas por parte dos atores da reparação (IJs, Estado de Minas Gerais, Vale S.A., FGV, AECOM, Grupo EPA, etc.).	01/07/2023	31/12/2024	SIM

Fonte: Elaboração Própria (2024).

No primeiro trimestre do ano de 2024, a perspectiva de um novo reconhecimento na Região 4 (de acordo com a **atividade 17**) concentrou-se na revisão da poligonal em Cachoeira do Choro, no município de Curvelo. A partir de [nota técnica](#) enviada em 2023 e permanente diálogo com a FGV, o novo desenho da poligonal [divulgado](#) em fevereiro de 2024 pela Fundação passou a incluir a parte alta da comunidade, contemplando assim o território por inteiro conforme compreendido pela Assessoria Técnica. A parte até então excluída da poligonal já era assessorada pelo Instituto Guaicuy, porém a revisão da poligonal também estabiliza e confere maior segurança para a participação de toda a comunidade na governança do Anexo 1.1, a partir da compatibilização da poligonal com a organização social das comissões no local.

Durante o ato de reivindicações no Dia Mundial da Água, dia 22 de março, em frente ao Fórum do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), unidade Raja Gabaglia, representantes de comissões da Região 4 foram recebidas/os pelo magistrado Murilo Silvio de Abreu, responsável pelo processo, para despachar com o juiz a respeito de suas demandas em diversas áreas da reparação. Na oportunidade, foram assessorados pela ATI antes e durante a reunião. O Instituto Guaicuy publicou uma [matéria](#) no site com a cobertura das reivindicações de representantes da Região 4 na atividade, bem como dos encaminhamentos do encontro.

Existe uma tendência geral de redução do eixo Reconhecimento na Região 4, uma vez que a organização social está estabilizada, não há perspectiva de novas poligonais para a região, embora haja a possibilidade de revisões. Os Povos e Comunidades Tradicionais mapeados na região já se encontram inseridos na reparação. A perspectiva de ampliação depende ainda do andamento do Anexo 1.3, uma vez que todas as comunidades fora das sedes municipais estão inseridas na governança do Anexo 1.1, com exceção do Quilombo Saco Barreiro. As principais perspectivas são no sentido de qualificação em eixos específicos, como o acesso a demandas emergenciais, que não se encontram mais no escopo do Plano de Trabalho. Ainda há a possibilidade de ampliação a partir de novas revisões das poligonais, uma vez que a análise de todas as novas poligonais ainda está em andamento e possivelmente levará a novas notas técnicas para complementação ou esclarecimento de revisões que foram negadas.

Ainda no escopo da atividade 17, durante o primeiro trimestre de 2024 ocorreu a [atualização da planilha de monitoramento \(Produto 17, Eixo Reconhecimento\)](#), com a adição de uma coluna de “Justificativa” ou “observação”. A ideia é compilar, nesse campo, os fundamentos dos status indicados. É importante destacar que a nova coluna será progressivamente preenchida à medida que novos status ocorrem e à medida em que se avança o trabalho de revisão documental. Informa-se que, na atualização da planilha disponibilizada acima, as observações destacadas em amarelo discriminam onde houve alteração em relação ao trimestre anterior.

5.4.1 Indicadores do eixo Reconhecimento

O indicador previsto para o eixo Reconhecimento procura mensurar o trabalho da ATI no apoio à autoidentificação de comunidades/coletividades atingidas, por meio do apoio técnico e institucional para o reconhecimento enquanto atingidas no processo de reparação. O indicador está relacionado ao produto ID 17 do eixo Reconhecimento, consolidado no segundo semestre de 2023, que lista as comunidades que se autoidentificam como atingidas (atendidas pela ATI) e a respectiva inserção nas medidas de reparação do Acordo Judicial. Desse modo, é possível identificar se, entre as comunidades listadas, há alguma que não esteja contemplada. A comprovação, desse modo, será o levantamento realizado pelo produto 17. Por meio dele é possível verificar que, na Região 4, são atendidas 22 comunidades e todas estão incluídas em alguma medida de reparação relacionada ao Acordo Judicial. Para facilitar a leitura, foi inserida a coluna “P” na planilha, que sinaliza a inclusão da comunidade no indicador.

Quadro 9 – Indicadores do eixo Reconhecimento

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio à novas comunidades/coletividades	(Documentos enviados às IJs pela ATI com o pleito de inclusão / Comunidades ou coletividades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial) x 100	$(22/22) \times 100 = 100\%$	R4_Indicador_Reconhecimento_Matriz_de_Verificação.xlsx

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.5. ANEXO 1.2

O objetivo do eixo Anexo 1.2, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é acompanhar o processo de implementação do Programa de Transferência de Renda, viabilizando informações e apoio residual à população atingida. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 10 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.2

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas na identificação, no reconhecimento dos meios de obtenção e na organização das documentações necessárias para acesso ao PTR.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas no encaminhamento de demandas, denúncias e reclamações relacionadas ao Anexo 1.2 à FGV e aos Compromitentes e, quando solicitado, intermediar reuniões com os atores envolvidos no processo de reparação.	01/07/2023	30/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2024).

As duas atividades do eixo do Anexo 1.2 têm como objetivo viabilizar o acesso a informações e apoiar as pessoas atingidas em relação ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e ambas permaneceram em execução no primeiro trimestre de 2024.

No escopo da **atividade 18 (apoio técnico e/ou familiar no Anexo 1.2)** foi encaminhado o Ofício 010/24-IG, que se refere a questionamentos de pessoas atingidas acerca de análises de cadastro sem andamento e pedidos de complementação documental para requerentes que, aparentemente, já comprovaram atendimento ao critério territorial de inclusão no PTR. Foi solicitada revisão do cadastro de quatro pessoas. Em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o inteiro teor do ofício mencionado não pode ser disponibilizado, por conter dados pessoais. A FGV respondeu por meio do ofício FGV ACB – CE No 39/2024, no dia 20 de fevereiro de 2024. Na resposta, a gestora do PTR afirma que a análise do requerimento de duas pessoas foi encaminhada para as IJs para deliberação. No caso das outras duas pessoas, a FGV afirmou que o cadastro foi pré-aprovado e que seria encaminhado para as IJs para aprovação final.

Em relação à **atividade 19 (apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2)**, em janeiro de 2024 o Instituto Guaicuy foi acionado por diversas pessoas atingidas com relatos sobre o não recebimento das parcelas do PTR referentes ao mês de janeiro de 2024, e também por não conseguir falar com atendentes no 0800 disponibilizado pela FGV. Desse modo, no dia 3 de janeiro foi enviado o [ofício 001/24-IG](#) pelo Instituto Guaicuy, questionando a FGV sobre essas ocorrências. Por meio do documento resposta FGV ACB – CE No 12/24 enviado pela FGV em 15 de janeiro de 2024, a entidade afirma que foi identificado erro de código bancário que afetou alguns pagamentos realizados no referido mês e que assim que tomou ciência do referido erro, tomou as providências para regularização do pagamento das pessoas afetadas pelo problema. De acordo com a resposta, no dia 5 de janeiro de 2024 o pagamento do benefício foi realizado às pessoas atingidas.

Nos últimos meses do ano de 2023, várias pessoas passaram a procurar a ATI solicitando informações em relação ao recurso gerido pela FGV correspondente ao Anexo 1.2. Nesse sentido, com o objetivo de garantir a participação informada das

peessoas atingidas das regiões 4 e 5 no processo de reparação, bem como garantindo que elas tenham informações claras, foi solicitado que a FGV disponibilize informações detalhadas sobre como os recursos do PTR estão sendo alocados, por meio do [Ofício 003/2024](#). A FGV respondeu no documento FGV ACB – CE Nº 21-2, enviado no dia 23 de janeiro de 2024, apresentando como resposta uma linha do tempo contendo eventuais dúvidas das pessoas atingidas sobre os valores do Acordo de Reparação destinados ao PTR e o valor confiado à gestão da Fundação Getulio Vargas.

No dia 25 de fevereiro foi realizada uma reunião entre a população atingida e a Defensoria Pública Estadual (DPE), com apoio do Instituto Guaicuy, para sanar dúvidas acerca do PTR, do Seguro Defeso e de questões previdenciárias. Na referida reunião, um dos encaminhamentos foi o envio, por meio da Assessoria Técnica Independente, dos nomes e dos dados das pessoas atingidas que manifestaram na referida reunião que tiveram a aprovação do seguro defeso suspensa. Assim, foi enviado pelo Instituto Guaicuy o Ofício 20/24-IG, contendo essas informações levantadas. Em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o ofício não será disponibilizado, por conter dados pessoais.

Após a reunião entre as pessoas atingidas e a DPE, com apoio do Guaicuy, foi publicada uma [matéria no site](#) referente à questão da inclusão de pescadoras/es que não se enquadram no critério territorial no PTR. Também foi disponibilizada uma [matéria sobre o passo a passo](#) de como as pessoas devem proceder para solicitar a revisão do cadastro no PTR caso seja negado.

5.5.1 Indicadores do eixo Anexo 1.2

O indicador previsto para o eixo Anexo 1.2 está relacionado ao produto ID 19, consolidado no segundo semestre de 2023, e procura mensurar o trabalho do Guaicuy quanto às formalizações realizadas às instituições competentes e à busca por respostas a serem devolvidas às pessoas atingidas sobre o PTR.

O conhecimento das demandas que são formalizadas pelo Instituto Guaicuy ocorre de diversas formas, entre as tantas atividades realizadas junto às pessoas atingidas. Ao longo dos trabalhos, o Instituto Guaicuy acompanha e registra as demandas e os documentos produzidos por ou com o assessoramento da ATI. Desse

modo, as evidências que comprovam o indicador serão os documentos que materializam esse acompanhamento: o instrumento criado para registro das comunidades que reportam problemas de acesso ao PTR à ATI (planilha do produto 19) e os documentos que formalizam as demandas identificadas (cartas, ofícios, e-mails, notas técnicas, entre outros).

Registra-se que alguns desses documentos são originados de solicitações, questionamentos e demandas recolhidas de modo coletivo, podendo representar pleitos semelhantes originados de diversos indivíduos, comunidades ou comissões espalhadas no território atingido. Ocasionalmente, os documentos de formalização dessas demandas representam toda a região. Desse modo, o número de comunidades que solicitam respostas às IJs ou FGV, bem como o número de comunidades atingidas que reportam problemas de acesso ao PTR ao Guaicuy está sendo considerado como o número total de comunidades que são elegíveis ao PTR na Região 4. Esse número, de acordo com o produto 17 (consolidado em dezembro de 2023), era de 21 das 22 comunidades atendidas na região.

Quadro 11 – Indicadores do eixo Anexo 1.2

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Busca por respostas sobre o PTR	(Número de comunidades que solicitam respostas à FGV ou IJs / número de comunidades atingidas que reportam ao Guaicuy problemas de acesso ao PTR) x 100	$(21 / 21) \times 100 = 100\%$	Produto 19_R4.pdf Documentos

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O objetivo do eixo Reparação Socioambiental, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada, a organização e o controle social a fim de incidir sobre a reparação socioambiental, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 12 – Execução das atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Realizar ciclos de formação para as lideranças das comissões sobre o conteúdo dos planos e os estudos relacionados à reparação socioambiental.	01/09/2023	31/12/2024	SIM
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Acompanhar as reuniões da auditoria (AECOM), além de reuniões externas entre comissões e outros atores, como Arcadis, ATIs e Compromitentes, para compartilhamento de informações e esclarecimento das pessoas atingidas.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Organizar e divulgar para as comissões e outros grupos interessados, a partir de critérios preestabelecidos para o acesso, dados socioambientais e de saúde coletados pelo Instituto Guaicuy. A intenção é facilitar o controle social sobre a execução dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental produzidos pelo Instituto.	01/09/2023	30/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2024).

No âmbito do eixo da Reparação Socioambiental, a execução das três atividades ocorreu conforme previsto no Plano de Trabalho nos meses de janeiro a março de 2024.

Em relação à **formação de lideranças sobre a reparação socioambiental (Atividade 20)**, no último trimestre foi entregue o mapeamento das demandas das comissões por formações em temas socioambientais e o Plano Político Pedagógico voltado à formação das lideranças em nível regional. Seguindo o citado Plano, neste trimestre foi realizada uma formação interna com a equipe de Reparação da Região 4 no dia 6 de março. A atividade teve como objetivo atualizar e discutir os principais temas e pontos de atenção relacionados ao Plano de Reparação Socioambiental (PRSABP). Durante a formação foi feita a sistematização de informações sobre o PRSABP produzidas ao longo de 3 anos de assessoramento do Guaicuy. Além do histórico, também foram apresentados os cronogramas e as atualizações dos estudos e do plano.

Durante o encontro, a equipe de campo iniciou o planejamento de um cronograma para a realização das formações com as respectivas comissões e dialogou sobre os aspectos metodológicos para abordar os temas de interesse das pessoas atingidas. Além disso, foram pontuados os desafios para concretização do objetivo das formações das comissões, que buscam a criação de multiplicadores regionais para atuarem de forma autônoma no monitoramento, na fiscalização e no exercício do controle social sobre esses estudos, projetos e programas em seus territórios.

O mapeamento das demandas das comissões (parte do Produto 20, iniciado no último trimestre) foi essencial para subsidiar a formação com a equipe interna. A partir dele foi possível direcionar as principais dúvidas e preparar a equipe para respondê-las, promovendo o conhecimento no território. O mapeamento das demandas ainda está em atualização; para tanto está sendo utilizada uma [planilha](#) (em construção) que é alimentada pelos analistas de campo após a realização das reuniões coletivas, reuniões com comissão, atendimento individual, dentre outros encontros. No final do primeiro trimestre de 2024, a equipe iniciou a preparação das formações com as comissões que estão sendo planejadas para ocorrer nos próximos trimestres. A meta é que o primeiro ciclo de formação ocorra ainda no primeiro semestre de 2024.

Com relação à **atividade 21 (acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental)**, várias ações de acompanhamento com atores externos visando o compartilhamento de dados e informações com as pessoas atingidas foram realizadas durante o trimestre. Ressalta-se que a equipe seguiu acompanhando as reuniões mensais de auditoria da AECOM a respeito do PRSABP e do Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) e produzindo os boletins informativos que trazem os principais pontos de atenção apresentados durante as reuniões. Conforme informado nos últimos relatórios, os boletins são publicados no [site do Instituto Guaicuy](#). A matéria contém o acesso para todos os boletins produzidos (inclusive o do mês de [dezembro de 2023](#), que não estava concluído no relatório trimestral anterior). Em relação a este trimestre, já encontram-se disponíveis os boletins das reuniões realizadas em [janeiro](#) e [fevereiro](#) de 2024.

O acompanhamento das reuniões com a AECOM foi, inclusive, um grande destaque do trimestre no eixo Reparação Socioambiental, pois gerou algumas matérias sobre a dragagem do Rio Paraopeba nos canais de comunicação do Instituto Guaicuy e outras mídias: [Vale ainda não retirou nem um terço dos rejeitos do rompimento da barragem do Rio Paraopeba](#); [Entrevista ao Jornal Bandnews Minas 1ª Edição sobre o PRSABP](#); [Entrevista na Rádio CBN](#); apoio na matéria do Jornal Brasil de Fato [Vale não retirou nem um terço dos rejeitos do Rio Paraopeba, cinco anos depois do crime](#). Em fevereiro de 2024, foi produzido e entregue à comunidade atingida um informativo impresso, chamado [Travessia](#), sobre o andamento do Plano de Recuperação Socioambiental em 2023. Esse material também está disponível virtualmente no site do Instituto Guaicuy.

Ainda no âmbito da atividade 21, ocorreram no primeiro trimestre de 2024 alguns desdobramentos das visitas realizadas pelo MPMG ao território em outubro de 2023. Em janeiro de 2024 o MPMG enviou os ofícios produzidos (no final do ano de 2023) com as demandas que as pessoas atingidas apresentaram durante a visita. O Escritório de Mitigação criou um [documento de sistematização](#) com as informações contidas nos ofícios. Em fevereiro, a ATI recebeu um ofício de resposta, enviado pela Vale ao MPMG, sobre as situações emergenciais. Esse [ofício foi lido e interpretado pelo escritório](#) e está

sendo analisada a possibilidade de se fazer uma devolutiva para a Equipe de Reparação no próximo trimestre.

No dia 26 de março, como resultado de uma reunião realizada no Dia da Água (22 de março), o juiz Murilo intimou a empresa Vale a prestar esclarecimentos sobre o fornecimento de água. Visando compartilhar informações com as pessoas atingidas, o Instituto Guaicuy produziu uma [matéria](#) explicando como se deu essa intimação.

Em relação ao ERSHRE, no dia 4 de janeiro de 2024 o Escritório de Mitigação se reuniu com o Grupo EPA para tirar dúvidas e receber esclarecimentos sobre a atuação da consultoria nas regiões 4 e 5. Essa [reunião](#) foi proveniente das demandas trazidas pelo grupo auto-organizado Guerreir@s no dia 21 de dezembro de 2023. Aconteceu também, no dia 31 de janeiro de 2024, uma formação das equipes internas da ATI nos ERSHRE, voltada à saúde dos PCTs. O objetivo dessa formação foi preparar a equipe de referência para auxiliar as comunidades/grupos de Povos e Comunidades Tradicionais na compreensão do estudo, de seus possíveis desdobramentos, seus direitos específicos em relação aos protocolos de consulta, entre outros assuntos envolvendo os estudos desenvolvidos pelo Grupo EPA.

No dia 21 de fevereiro de 2024 foi enviado ao Comitê Pró-Brumadinho e à AECOM o [Ofício 09_2024 IG](#), reivindicando o transporte das pessoas atingidas na Fase II do ERSHRE, e no dia 22 de fevereiro de 2024 foi enviado no Grupo de Comissões da Região 4 um [informe](#) sobre a paralisação das coletas da fase II na AA - 13 (Curvelo e Pompéu). Em março de 2024 foi realizada a atualização da [matéria](#) disponível no site do Instituto Guaicuy sobre a situação atual do ERSHRE e do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba.

O primeiro trimestre de 2024 ainda foi o marco dos cinco anos do rompimento da Barragem da Vale, em Brumadinho. Por isso, a ATI Instituto Guaicuy foi procurada pela Rede Globo para a realização de uma reportagem sobre a memória da data de 25 de janeiro de 2019. A intenção da emissora era gravar o percurso do rejeito, desde Brumadinho até a Represa de Três Marias, mostrando os diferentes tipos de atingimento ao longo da bacia do Paraopeba. Em uma construção coletiva junto às coordenações regionais, foram mapeadas algumas pessoas atingidas para serem entrevistadas, assim

como locais estratégicos para a gravação do material: São José do Buriti, (posteriormente trocado por Paraíso, por dificuldade de acesso na chuva), em Felixlândia, e Cachoeira do Choro, em Pompéu. Para diversificar as vozes a equipe da ATI levou, até os locais da gravação, pessoas de outras comunidades de cada região. Também foram disponibilizadas, antecipadamente, as análises do Instituto Guaicuy para que fossem divulgadas na reportagem.

A primeira parte da reportagem foi ao ar no Jornal Hoje no dia 25 de janeiro, abordando os dados relacionados às análises do Instituto e com as entrevistas de diversas pessoas atingidas: <https://globoplay.globo.com/v/12301135/>. No dia seguinte, outra reportagem também contou com entrevistas feitas nos territórios assessorados pelo Guaicuy: <https://globoplay.globo.com/v/12300802/>.

No tocante à **atividade 22 (compartilhamento de dados primários socioambientais e da saúde)**, ocorreu, no dia 24 de janeiro, o evento para divulgação e compartilhamento dos dados e informações socioambientais, de saúde e econômicas levantados pelo Instituto Guaicuy enquanto ATI das regiões 4 e 5. Particularmente em relação aos dados ambientais, houve também o compartilhamento de dados brutos, sistematizados, e de laudos laboratoriais. O evento ocorreu em formato presencial, com transmissão simultânea e gravação no Youtube. Participaram do evento cerca de 200 pessoas, com um público formado por pessoas das regiões atingidas ao longo do Rio Paraopeba e entorno da Represa de Três Marias, representantes de movimentos sociais, como o MAB, Paraopeba Participa, Rede, MST, entre outros; participação das Instituições de Justiça (DPE e MPMG), parlamentares e suas assessorias; representantes das demais ATIs e comunidade acadêmica (entre profissionais e estudantes). O evento contou ainda com a cobertura por veículos da imprensa. Pela plataforma do Youtube foram registradas mais de 1000 visualizações entre os dias 24 e 26 de janeiro.

O evento foi organizado em três grandes blocos, sendo o inicial uma mesa composta por representantes dos territórios atingidos atendidos pelo Instituto Guaicuy, das IJs e das ATIs Nacab e Aedas. A segunda mesa foi de caráter técnico, formada pelas especialistas das equipes do Instituto Guaicuy, que apresentaram os resultados e as informações acerca das formas para acesso ao banco de dados e divulgação. A terceira

mesa foi novamente composta por falas e vivências das referências regionais dos territórios. Por fim, abriu-se a palavra ao público para depoimentos livres e debates.

A seguir, apresenta-se os principais links para acesso à documentos e publicações referentes ao evento:

- Gravação no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=uCImFq7UaLI>
- [Lista](#) de meios de comunicação divulgaram e mencionaram os dados do Instituto Guaicuy.
- Matéria completa de cobertura:
<https://guaicuy.org.br/guaicuy-lanca-banco-de-dados-e-estudos/>
- Guia de acesso aos dados divulgados:
<https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Guia-de-acesso-aos-dados.pdf>
- Matéria sobre repercussão midiática do evento:
<https://guaicuy.org.br/midia-repercute-cinco-anos-do-desastre-crime-da-vale-e-m-brumadinho/>

Após o evento, ainda foi realizada a [prestação de contas](#) ao Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (CRBio-04), órgão patrocinador de parte dos custos.

Os resultados dos estudos foram compartilhados em linguagem simples para facilitar o acesso às informações e a possibilidade de participação no processo de reparação. Os dados brutos, coletados com todo o rigor metodológico, poderão ser trabalhados e interpretados por cientistas para produzir mais conhecimento/pesquisas sobre esse grande desastre-crime socioambiental. Adicionalmente, esses dados e relatórios técnicos poderão ser explorados pela mídia, dando visibilidade aos danos sofridos pelas pessoas atingidas. Os dados também serão importantes para tomada de decisões pelas Instituições de Justiça e pelos órgãos públicos, conforme destacado pela defensora pública Dra. Carolina Morishita (DPE), durante sua fala no evento: “não é a ATI a responsável pela efetivação de políticas públicas, mas que a assessoria é fundamental no processo de levantamento de dados e demandas para embasar os órgãos que têm essa função e poder”.

Serão citados aqui quatro exemplos práticos dos resultados desse compartilhamento: 1) as/os promotoras/es se mostram engajadas/os nas discussões sobre os problemas de saúde; 2) as/os promotoras/es citaram os danos em reuniões de auditoria e compartilharam os dados com diversos atores; 3) a mídia está mais atuante na divulgação desses danos e 4) as comissões têm citado os danos nas cartas que enviam as IJs e ao poder público.

Considera-se que o evento cumpriu o seu objetivo, promovendo a divulgação de resultados, dados e informações, fortalecendo o papel das ATIs junto às pessoas atingidas, junto às IJs e à sociedade em geral. Houve um amplo alcance e boa repercussão nas mídias em nível nacional e internacional.

5.6.1 Indicadores do eixo Reparação Socioambiental

O indicador “apoio no controle social da reparação socioambiental” será mensurado a partir do número de formações realizadas e das demandas de formação por parte das comissões. Conforme foi informado anteriormente no relato da atividade de ID 20, as formações com as comissões de pessoas atingidas terão início no próximo trimestre. Além disso, o produto da atividade 20 que demonstrará o quantitativo de formações realizadas está previsto para o primeiro semestre de 2024. Em relação às demandas por formação sobre a reparação socioambiental pelas comissões da Região 4, informa-se que até março de 2024 foram registradas oito solicitações, conforme documento que foi compartilhado no relato da atividade ID 20, acima.

Tendo em vista essas considerações, ainda não é possível mensurar o resultado dessa atividade por meio de seu produto e, portanto, a aferição intermediária de seus indicadores não faz parte do escopo do presente relatório.

Quadro 13 – Indicadores do eixo Reparação Socioambiental

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio no controle social da reparação socioambiental	(Número de formações em comissões realizadas / Número de demandas por formação por comissão) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao cronograma da atividade e dos produtos relacionados)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O objetivo do eixo Estrutura Organizacional é garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e a segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para as/os trabalhadoras/es envolvidas/os, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de janeiro a março de 2024:

Quadro 14 – Execução das atividades do eixo Estrutura Organizacional

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
23	Departamento pessoal e recursos humanos	Realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, gestão de saúde no trabalho e atividades de departamento pessoal.	01/07/2023	31/12/2025	SIM
24	Gestão financeira e de prestação de contas	Realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração ,de reembolsos e de contratos.	01/07/2023	31/12/2025	SIM
25	Assessoria jurídica administrativa	Realizar assessoria jurídica relativa a questões administrativas do Projeto Paraopeba e a impactos indiretos dele ao Instituto.	01/07/2023	31/12/2025	SIM
26	Acompanhamento e monitoramento das atividades finalísticas	Acompanhar atividades finalísticas, assim como monitorar atividades realizadas com as pessoas atingidas, visando à prestação de contas da execução finalística do Plano de Trabalho do Projeto Paraopeba.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
27	Gestão da tecnologia da informação	Gerenciar as tecnologias da informação (TI), aliando as iniciativas tecnológicas com os objetivos estratégicos do Projeto Paraopeba. Realizar planejamento, implementação, monitoramento e manutenção de sistemas, redes, hardwares, softwares e recursos humanos ligados à área de TI.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
28	Gestão de projeto	Gerir o Projeto Paraopeba garantindo o cumprimento do Termo de Compromisso e do Plano de Trabalho, planejar e realizar orientações organizacionais, garantir segurança institucional e relacionamento institucional.	01/07/2023	31/12/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2024)

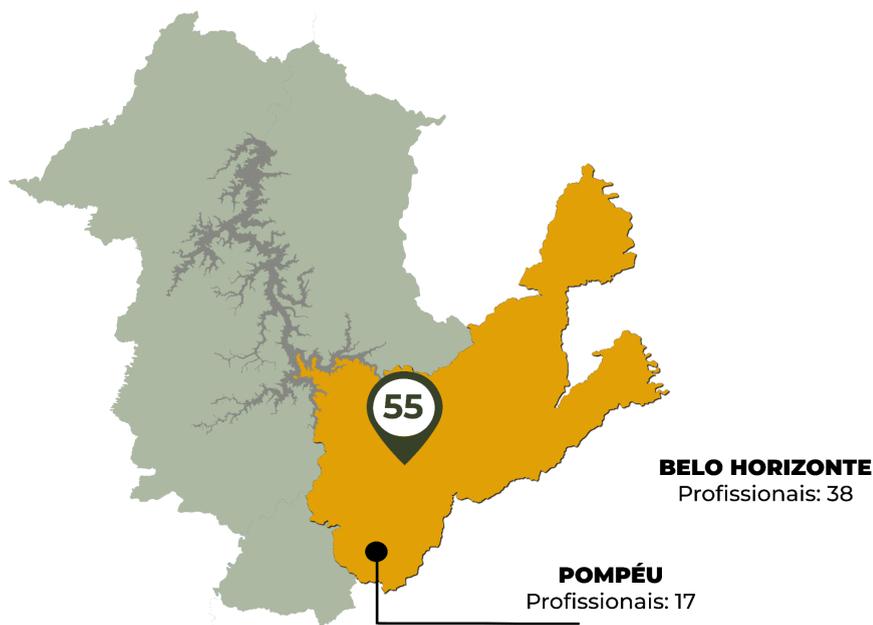
As atividades do eixo de Estrutura Organizacional são entendidas como aquelas que dão as bases jurídica, de sustentação financeira, de recursos humanos, de suporte tecnológico, de prestação de contas e de gestão para o projeto da ATI, e a demonstração da execução dessas no presente relatório visa à transparência quanto aos gastos e possibilita a compreensão da complexidade do trabalho para viabilizar a execução das atividades finalísticas. É importante destacar que esse é um eixo transversal que pretende garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados esperados e que todas as atividades foram executadas conforme previsto.

Ressalta-se que, de acordo com o Plano de Trabalho, a prestação de contas no presente relatório tem como foco as atividades finalísticas; portanto, não será descrita a execução de cada uma das atividades do eixo de Estrutura Organizacional, por serem todas atividades-meio e processuais, sendo executadas rotineiramente durante todo o período de duração do projeto. Considera-se, assim, que este capítulo evidencia a execução das atividades do eixo. Nesse sentido, a seguir serão apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira nos meses de janeiro a março de 2024.

Em relação ao departamento pessoal e recursos humanos, cabe elucidar que seu objetivo é realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, estagiárias/os e jovens aprendizes, gestão de saúde no trabalho e atividades de departamento pessoal por meio do desenvolvimento de ações de planejamento, execução e organização de dados, voltadas para a formação de um corpo de profissionais capacitadas/os e com condições de saúde e trabalho necessárias para a promoção da assessoria técnica às pessoas atingidas.

Em 31 de março de 2024 o Instituto Guaicuy contava com 55 profissionais na Região 4. Desses, 49 celetistas, 5 estagiárias/os e 1 jovem aprendiz, que ingressaram na Instituição, em sua maioria, por meio dos processos de seleção pública, conforme editais publicados no portal de transparência. A seguir apresentamos o número de trabalhadoras/es por localidade e por equipe.

Figura 1 – Profissionais ativos/os – Região 4



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 2 – Profissionais por equipe – Região 4 (em 31/03/2024)



Fonte: Elaboração própria (2024).

No trimestre foram realizados três desligamentos, e o valor total despendido com verbas rescisórias no trimestre foi de R\$39.103,13 (trinta e nove mil, cento e três reais e treze centavos), conforme a Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Rescisões realizadas no trimestre – Região 4



Fonte: Elaboração própria (2024).

A contratação de profissionais e estagiárias/os via CLT e lei do estágio garante o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido no trimestre com férias foi de R\$ 142.982,46 (cento e quarenta e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Figura 4 – Custeio de férias – Região 4



Fonte: Elaboração própria (2024).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

O primeiro repasse de recursos relativo ao Termo de Compromisso pactuado em julho de 2023 foi realizado em 04/08/2023 e o depósito de novos valores seguirá o cronograma apresentado no Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023, que pode ser verificado na figura a seguir:

Figura 5 – Cronograma de repasse de recursos

SEMESTRE	1	2	3	4	5
	2º/2023	1º/2024	2º/2024	1º/2025	2º/2025
REPASSE (R\$)	5.518.115,14	4.725.000,00	2.362.500,00	1.575.000,00	1.575.000,00
PREVISÃO DE DEPÓSITO	Recebido	Recebido	Jun/2024	Dez/2024	Jun/2025

Fonte: Elaboração própria (2024).

O presente relatório demonstra a execução das atividades, de janeiro a março de 2024, em que foram desembolsados cerca de R\$ 2 milhões, ou seja, 60,05% do orçamento previsto para o semestre. Ainda conforme Plano de Trabalho, R\$ 327.599,00 (trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais) foram aplicados no fundo rescisório, totalizando cerca de um milhão de reais reservados com o objetivo de custear futuras despesas com desmobilização.

Apresentam-se neste relatório as informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas, conforme extratos bancários, diante das competências de janeiro, fevereiro e março de 2024.

Tabela 1 – Movimentação financeira na Região 4: janeiro/24 de março/24

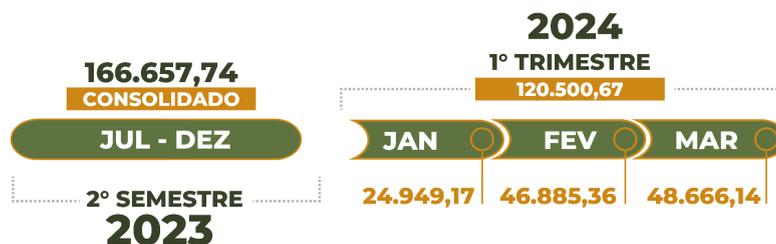
SUBVENÇÕES		RENDIMENTO LÍQUIDO DE APLICAÇÕES	EXECUTADO	RESERVA FUNDO RESCISÓRIO	SALDO DISPONÍVEL EM 01/04/2024
SALDO INICIAL	REPASSE				
R\$ 2.381.303,64	R\$ 4.725.000,00	R\$ 120.500,67	(R\$ 2.060.618,67)	R\$ 999.579,00	R\$ 6.165.764,64

Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme fixado no Termo de Compromisso, os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy para o cumprimento do Plano de Trabalho serão mantidos em aplicações remuneradas, conservadoras e de liquidez imediata. Dessa maneira, todo recurso proveniente das aplicações financeiras será revertido para a execução do objeto do Plano de Trabalho.

Assim, apresentamos na Figura 6 o detalhamento dos rendimentos líquidos das aplicações (já descontados os valores de IR e IOF):

Figura 6 – Rendimento de aplicações financeiras



Fonte: Elaboração própria (2024).

As informações elencadas na Tabela 2, a seguir, apresentam movimentação da conta corrente inicial, detalhamento das despesas ocorridas no período, pagamento de salários, encargos, rescisões contratuais, férias e impostos (serviços de terceiros e demais impostos).

Tabela 2 – Extrato de movimentação em conta corrente – Região 4

MÊS	MOVIMENTAÇÃO – R4				SALDO
	ENTRADA	SAÍDA	MOV. DO MÊS	RENDIMENTOS	
Saldo em 01/07/2023					1.661.616,52
Julho 2023	R\$ 18.626,33	-R\$ 761.528,98	-R\$ 562.902,65	R\$ 1.979,28	920.693,15
	Transferência entre regiões – 28/07/2023		-R\$ 180.000,00		
Agosto 2023	R\$ 16.643,86	-R\$ 655.584,15	-R\$ 638.940,29	R\$ 20.567,60	6.000.435,60
	R\$ 5.518.115,14	Depósito Judicial – 04/08/2023			
	R\$ 180.000,00	Transferência entre regiões – 07/08/2023			
Setembro 2023	R\$ 9.249,32	-R\$ 595.754,83	-R\$ 586.505,51	R\$ 52.090,42	5.466.020,51
Outubro 2023	R\$ 11.575,54	-R\$ 536.274,01	-R\$ 524.698,47	R\$ 47.167,83	4.988.489,87
Novembro 2023	R\$ 637,99	-R\$ 756.911,01	-R\$ 756.273,02	R\$ 13.128,43	4.245.345,28
Dezembro 2023	R\$ 26.176,09	-R\$ 922.362,91	-R\$ 896.186,82	R\$ 31.724,18	3.380.882,64
Janeiro 2024	R\$ 11.832,78	-R\$ 705.573,94	-R\$ 694.936,64	R\$ 24.949,17	2.712.090,65
Fevereiro 2024	R\$ 7.500,31	-R\$ 661.247,81	-R\$ 653.747,50	R\$ 46.885,36	6.830.228,51
	R\$ 4.725.000,00	Resgate Depósito Judicial – 05/02/2024			
Março 2024	R\$ 6.465,26	-R\$ 719.595,27	-R\$ 713.130,01	R\$ 48.666,14	6.165.764,64
ACUMULADO	R\$ 10.531.822,62	-6.314.832,91	-6.207.320,91	287.158,41	

Fonte: Elaboração própria (2024).

No trimestre houve um movimento total de R\$ 6.207.320,91 (seis milhões, duzentos e sete mil, trezentos e vinte reais e noventa e um centavos) e o saldo remanescente total, somado aos rendimentos das aplicações e ao saldo em conta na

data de 1º de janeiro de 2024, é de R\$ 6.165.764,64 (seis milhões, cento e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos). Importante destacar que desse saldo final, o valor de R\$ 999.579,00 (novecentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e nove reais) está reservado e refere-se à primeira parcela total do fundo rescisório mais a segunda parcela de forma parcial.

A seguir apresentamos o detalhamento da execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 3 – Execução financeira Região 4 por rubrica

	01/2024	02/2024	03/2024	TOTAL
1 ALIMENTAÇÃO	R\$ 2.870,84	R\$ 2.277,84	R\$ 4.730,93	R\$ 9.879,61
2 ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0,00	R\$ 64,00	R\$ 1.189,66	R\$ 1.253,66
5 MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 2.431,33	R\$ 894,33	R\$ 4.400,69	R\$ 7.726,35
6 SERVIÇOS	R\$ 36.421,76	R\$ 30.414,57	R\$ 62.739,52	R\$ 129.575,85
7 ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 268.176,97	R\$ 223.252,45	R\$ 224.134,33	R\$ 715.563,75
8 TRANSPORTE	R\$ 16.431,29	R\$ 17.257,47	R\$ 17.698,01	R\$ 51.386,77
9 VIAGENS	R\$ 6.615,00	R\$ 3.369,75	R\$ 4.187,00	R\$ 14.171,75
10 PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 303.526,54	R\$ 317.773,64	R\$ 337.286,68	R\$ 958.586,86
11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – EMPREGADO E PATRONAL	R\$ 56.728,30	R\$ 57.264,02	R\$ 54.890,83	R\$ 168.883,15
15 COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 1.734,61	R\$ 1.179,43	R\$ 2.237,71	R\$ 5.151,75
18 OUTROS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19 FUNDO DE RESERVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONSOLIDADO	R\$ 694.936,64	R\$ 653.747,50	R\$ 713.495,36	R\$ 2.062.179,50

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os custos relacionados à folha de pagamento e aos benefícios representaram 89,37% da execução total do trimestre. Os custos com serviços e contratações representaram 6,72% e os custos com transporte, viagens e alimentação, 3,66%. Os demais custos representam 0,25% do total.

No período, ocorreram pagamentos de impostos referentes aos serviços de terceiros, INSS, FGTS e PIS, sendo despendido o valor de R\$ 736.858,47 (setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

Foram apresentadas informações referentes aos dispêndios ocorridos no trimestre (janeiro a março de 2024) na Região 4.

A prestação de contas financeiras é uma das obrigações estabelecidas no Termo de Compromisso celebrado entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça. Sua finalidade é subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira para comprovação da aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho.

O processo da prestação de contas junto auditoria externa a EY tem o propósito de avaliar e certificar periodicamente a consistência quanto à aplicação dos recursos transferidos, além de comprovar a execução do objetivo pactuado pelas partes, de modo a garantir **transparência e responsabilidade** na administração dos recursos financeiros e das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Paraopeba.

Até março de 2024 foram concluídas as análises da auditoria externa e protocoladas nos autos do processo as cartas de representação referente aos dispêndios incorridos no período compreendido entre agosto de 2019 a dezembro de 2022. A Figura 7 demonstra o histórico da asseguaração de recursos financeiros, obtidos a partir dos relatórios de asseguaração dos 41 meses supracitados.

Figura 6 — Histórico de Asseguaração Financeira pela Auditoria Externa



Fonte: Elaboração própria (2024).

Ainda empenhados na redução do montante não asseguarado, o Instituto vem buscando sanar as inconsistências identificadas pela auditoria externa, agregando esforços para restituir parte dos valores às contas do projeto Paraopeba.

É importante mencionar a economia orçamentária alcançada a partir dos esforços empregados para o resgate dos valores. Além de amenizar os impactos da não asseguaração, esse empenho contribui para o maior fortalecimento da governança,

colabora para a confiabilidade na gestão, bem como para o aperfeiçoamento dos controles internos e metodológicos.

5.7.1 Indicador do eixo Estrutura Organizacional

O indicador “Desempenho finalístico-financeiro do projeto” foi mensurado a partir do valor executado acumulado até março de 2024 dividido pelo valor global orçado.

Sendo assim, o indicador procura demonstrar a taxa de execução financeira a partir do orçamento planejado no Plano de Trabalho e busca apresentar a responsabilidade do Instituto Guaicuy sobre a execução orçamentária. O valor executado acumulado foi composto pelos dispêndios realizados nos trimestres entre julho de 2023 e março de 2024, no valor de R\$ 6.206.125,43, o que corresponde a 34,99% do orçamento planejado para o Projeto. Os valores executados nos trimestres foram:

- Jul/23 a set/23 - R\$ 1.968.348,45
- Out/23 a dez/23 - R\$ 2.177.158,31
- Jan/24 a mar/24 - R\$ 2.060.618,67.

Importante destacar que o orçamento apresentado no Plano de Trabalho foi proposto no formato semestral, o que diverge do período de entrega dos relatórios trimestrais. Sendo assim, o indicador correspondente ao segundo semestre de 2023 foi de 80,95% sobre o valor orçado. Já o primeiro semestre de 2024 está em 43,16%, considerando apenas os dados fechados do primeiro trimestre.

Vale ressaltar que o indicador compreende os dispêndios executados no período (jun/23 a mar/24) e o índice apresenta dados apenas sobre as despesas executadas, o que aparenta um saldo remanescente de recurso de aproximadamente 20% no segundo semestre; porém a instituição possui uma reserva financeira, denominada fundo rescisório, a fim de custear as despesas de desligamento das/os trabalhadoras/es do Projeto, no valor de R\$999.579,00, sendo R\$671.980,00 aplicado no 2º semestre de 2023 e R\$327.599,00 no 1º semestre de 2024.

Quadro 13 – Indicadores do eixo Estrutura Organizacional

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	COMPROVAÇÕES
Desempenho finalístico-financeiro do projeto	(Valor total executado no período/valor global orçado) x 100	(R\$ 6.206.125,43/R\$ 17.738.234,00)*100= 34,99%	Relatórios de prestação de contas trimestrais.

Fonte: Elaboração própria (2024).

6. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS

Este foi o terceiro relatório trimestral de prestação de contas finalística e financeira baseado no Plano de Trabalho que se originou do Termo de Compromisso firmado entre as Instituições de Justiça, Assessorias Técnicas Independentes e a CAMF/LATACI, assinado em julho de 2023. O Termo de Compromisso e o referido Plano de Trabalho orientam a prestação de contas trimestral das atividades da ATI, previstas entre julho de 2023 e dezembro de 2025, no âmbito da Assessoria Técnica Independente no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A/Córrego do Feijão.

Importante observar que, até a elaboração do presente relatório, a ATI ainda não obteve acesso à avaliação dos Relatórios Trimestrais Finalístico e Financeiro 1 e 2, relativos ao último semestre de 2023. Essa avaliação é importante para que sejam realizados aprimoramentos metodológicos e de apresentação das informações disponibilizadas, se for o caso.

Como fato importante que marcou a atuação da ATI no trimestre, apresentaram-se o início da atuação da entidade gestora dos recursos do Anexo 1.1 no território e os impactos financeiros e de cronograma das atividades previstas pela ATI advindos dessa atuação. Desse modo, já se vislumbra a necessidade de diálogos e alinhamentos futuros nas instâncias decisórias sobre as intercessões entre o trabalho da ATI e da entidade gestora.

Outro acontecimento que impactou várias frentes de atuação da ATI no trimestre foi a data de 25 de janeiro, que marca os cinco anos do acontecimento do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. As atividades que marcam a data geram mobilização e comoção das pessoas atingidas e da sociedade em geral, mesmo tendo em vista o tempo transcorrido e os desgastes gerados por este longo processo de reparação.

Neste trimestre também ocorreu, conforme demonstrado, a primeira mensuração dos indicadores do projeto da ATI no âmbito do Acordo Judicial, pós Termo de Compromisso de 2023. Alguns indicadores não puderam ser aferidos devido à sua vinculação aos produtos das atividades do Plano de Trabalho que possuem periodicidade semestral, e desse modo os resultados ainda não permitem gerar os dados necessários

para a mensuração. Todavia, o ato de analisar os indicadores, os produtos a eles vinculados e os instrumentos de medição foi considerado positivo pelo fato de possibilitar a antecipação de problemas e riscos com potencial de prejudicar os resultados futuramente.

A metodologia de monitoramento e acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e das atividades realizadas com pessoas atingidas não sofreu alterações no período. Entretanto, foi possível constatar uma expressiva melhoria na qualidade dos registros, na utilização e apropriação das ferramentas internas de monitoramento e acompanhamento, além do cumprimento dos prazos internos estabelecidos para que as informações estejam disponíveis para a prestação de contas. Desse modo, é possível concluir que a ATI está em um momento de desenvolvimento institucional e fortalecimento dos processos internos que são necessários para promover a transparência e cumprimento de suas funções sociais.